UNIVERSIDADE LUSÓFONA

João Luís Fonseca Teixeira Vaz

Um olhar Holístico sobre a Fraternidade e os Direitos Humanos

Orientador: Professor Doutor Paulo Mendes Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2022

João Luís Fonseca Teixeira Vaz

Um olhar Holístico sobre a Fraternidade e os Direitos Humanos

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Mestrado em Ciência das Religiões, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, perante o júri, com o Despacho de Nomeação Nº 68/2022, de 15 de Março de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor José Brissos-Lino

Vogais: Profª Doutora José Maria Silva Rosa (UBI)
Prof. Doutor Daniel Mineiro

Arguente: Profª. Doutora Hélia Bracons

Orientador: Prof. Doutor Paulo Mendes Pinto

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2022

Dedicatórias

Dedico este meu trabalho à memoria dos meus Pais, sempre presentes ainda que de uma outra forma.

À minha querida esposa Cristina e aos meus filhos Pedro e Miguel.

Agradecimentos

É para mim um grato privilégio e também um prazer e uma honra poder manifestar a minha profunda gratidão do conjunto dos Senhores Professores do Mestrado em Ciência das Religiões da Universidade Lusófona. Sem a sua Sabedoria e incentivo, esta Dissertação não teria chegado sequer a nascer no meu Espírito.

O meu profundo e sincero agradecimento aos Professores:

Fabrizio Boscaglia;
Fernando Campos;
José Brissos-Lino;
Luís Larcher;
Paulo Hayes,
Rui Lomelino de Freitas .

Fica também uma palavra muito especial de gratidão para o Senhor Professor Doutor Paulo Mendes Pinto, pela grata disponibilidade e sábia orientação. Sem esta última, esta Dissertação não teria chegado ao fim.

Motivações Pessoais

A estupefação assalta-nos, creio que a todos nós, quando realizamos um dia ter já vivido muito mais do que previsivelmente nos resta viver.

Surge assim quase que espontaneamente uma irreprimível necessidade de fazermos um balanço e de tentar deixar um legado.

Uma Dissertação de Mestrado pode de certo modo satisfazer as duas necessidades: ao eleger um tema, deixamos um legado. Elaborando uma síntese, temos um plano de fundo que pode fazer face à nossa finitude. Sem dúvida, dois eixos que nos permitem conhecer melhor e compreendermos de que modo convergimos, para aquela forma de "pedra de fecho de abóbada", que nos representa enquanto seres em construção.

Ao longo da caminhada da vida percorremos uma trajetória em que talvez o mais importante não seja o ponto de destino ou chegada, mas sim os pontos marcantes da viagem.

Sem falsas modéstias sinto-me tal como Edgar Morin quando declarou:

> "Faço parte de uma geração em que nos considerávamos marcados para toda a vida pelas leituras, e outras artes, que nos suscitavam emoções e sentimentos, que por sua vez provocavam a criação de Ideias(…). Portanto se estão convictos da educação alicerçada apenas na tecnologia, fundamentada apenas na racionalidade, acreditem que a educação deve comportar o papel fundamental daquilo que chamamos as Humanidades, que nos ensina a meditar sobre o sentido da Vida e a enriquecer o nosso próprio destino a partir do destino dos outros".
>
> (Morin, 1981, p.45)

Deste modo, li ainda jovem Ernest Hemingway com o seu "Por quem os sinos dobram" que me conduziu à descoberta de John Donne e à sua meditação XVII:

> "Nenhum homem é uma ilha, um ser inteiro em si mesmo. Todo o Homem é uma partícula do continente. Se um pequeno torrão arrastado pelo mar deixa menor a Europa, como se uma grande falésia fosse, também a morte de um único homem me diminui, porque Eu pertenço á Humanidade. Portanto, nunca procures saber por quem os sinos dobram. Eles dobram por ti."
>
> (Donne, 2007,p.78)

Confesso que a profundidade deste pensamento, assim como o que ele tinha de novidade para mim, fez despertar a minha atenção para aquelas dimensões humanas cuja perceção não é imediata ou instintiva.

Outro momento importante relacionou-se com Somerset Maugham e o seu "O Fio da Navalha" (Maugham, 1944, p. 20). Sem ter o propósito de fazer a resenha da obra, poderei dizer que o personagem principal ficou marcado pelo fenómeno da morte, após assistir ao falecimento de um seu camarada de armas. Confuso perante os restos mortais do seu amigo e incapaz de se resignar perante a massa amorfa dos seus restos mortais, o personagem foi acometido por uma necessidade de compreender a morte e o sentido da vida, e inicia uma verdadeira peregrinação por variadas paragens e religiões, na procura de respostas às suas inquietações.

Neste meu trabalho, tentei simular uma espécie de voo de pássaro sobre o que encontrei de mais impressivo relacionado com as religiões e espiritualidades em busca de pistas, para a compreensão de um sentido para a vida.

Afasto a ideia de enumerar todas as obras que de algum modo me tocaram de forma mais viva, mas as que permaneceram mais tempo comigo foram as que senti mais próximas

dos valores centrados nos Direitos Humanos, na Dignidade da Pessoa Humana e na Fraternidade.

Destaco também todo o pensamento que encontrei sobre a real importância do Ter, Ser e do Estar. Tudo o que permaneceu comigo resumo nesta Dissertação que representa para mim uma modesta contribuição, um legado, para todos quantos como eu se sintam ignorantes em busca da Luz da aprendizagem e do conhecimento.

Resumo

A presente Dissertação debruça-se prioritariamente sobre a possibilidade da Fraternidade Universal poder ser um instrumento inspirador de um novo paradigma, em que os Direitos Humanos sejam a bússola orientadora. Partindo do artigo Primeiro da "Declaração Universal dos Direitos da Humanidade", tentaremos também projetar alguma luz sobre a Fraternidade Universal, assim como o viver em Espírito de Fraternidade.

Para tal, por via de investigação histórica, apontaremos alguns elementos sobre a génese do Direito e sobre a base da vida em Espírito de Fraternidade. Posteriormente, auscultaremos várias individualidades ligadas à Religião e/ou espiritualidades, acerca das suas conceções de Fraternidade.

Palavras-chave:

(Direitos Humanos, Fraternidade, Novo Paradigma)

Abstract

The present study focuses primarily on the possibility of Universal Fraternity being an inspiring instrument for a new paradigm in which the Human Rights are the guiding compass. Starting from the First Article of the Universal Declaration of Human Rights, we will also try to discuss about the Universal Fraternity, as well as living in the spirit of Fraternity.

Therefore, through historical research, we will list some elements about the genesis of Law and the precursors of life in spirit of Fraternity. Afterwards, we will listen to various individuals linked to Religion and/or spiritualities about their sensibilities about the Fraternity.

Keywords:

(Human Rights, Fraternity, New Paradigm)

Índice

Introdução 8
1 – Caminhada evolutiva do Direito rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos 13
1.1 - Da necessidade da Ordem ao Valor da Justiça : Uma génese do Direito 13
1.2 - O longo caminho do Direito 16
2 – O viver em Espírito de Fraternidade e os seus precursores 22
2.1 – A Epopeia de Gilgamesh: na senda da imortalidade e a construção da Fraternidade 22
2.2 - De Príncipe Siddharta a Buda : a verdade como caminho 26
2.3 – Francisco de Assis : a via da Caridade 29
2.4 – Marsílio Ficino, Pico de la Mirandola: Direitos Humanos e a Fraternidade no movimento Rosa-Cruz 32
2.5 – Thomas More: a ilha da Utopia 35
2.6 - Etienne de La Boétie: o Discurso Sobre a Servidão Voluntária 37
2.7 – Revolução Francesa e o triplo lema: Liberdade Igualdade e Fraternidade ou Morte . 41
2.8 – Henry Thoreau, Gandhi e Martin Luther King : Desobediência civil sem violência .. 45
2.9 – Papa Francisco: uma comunhão universal 52
2.10– Edgar Morin : a Fraternidade como antídoto para a crueldade humana 57
2.11 – Luc Ferry e Sir Ken Robinson : aprender a Viver 59
3 – A Fraternidade e a Espiritualidade 61
3.1 – Introdução 61
3.2 – A Fraternidade no Islão 63
3.3 - A Fraternidade numa perspetiva de fé 64
3.4 - A verdadeira fraternidade 66
3.5 - A visão judaica sobre a Fraternidade 69
3.6- O papel das Espiritualidades 72
Conclusões 74
Bibliografia 82

Introdução

Porque estou convencido de que a pandemia que atualmente atravessamos é simultaneamente uma manifestação e uma mera interrupção da marcha inexorável, para um mundo interligado, um mundo em que povos e culturas não podem deixar de colidir, tenho de concordar com Obama.

> *"*Nesse mundo — de cadeias globais de abastecimento, transferências instantâneas de capital, redes sociais, redes transnacionais de terrorismo, alterações climáticas, migração de massas e uma complexidade sempre crescente — aprenderemos a viver juntos, a cooperar uns com os outros e a reconhecer a dignidade dos outros, ou então pereceremos"
>
> (Obama, 2020, p.10)

Porque esta integração só faz sentido, tendo em conta uma profunda comunicação e comunhão de todos os Homens e seres, que habitam o Mundo, tenho de me acolher às palavras do Sumo Pontífice, que se podem espelhar nos seguintes predicados:

> "Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. (…) Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos"
>
> (FT, 8)

São estes os eixos, que permitem outras ponderações. São estes os bálsamos para os movimentos, que têm vindo a acontecer com uma tonalidade muito especial. Não existe outra forma de fazer face a um Ter, que é aclamado, e a um Ser que é apoucado.

A Pandemia Covid-19, que recentemente abanou toda a nossa sociedade, mostrou em que modos deve ser preparada esta viragem de sentido. Nada pode ficar pela roupagem externa, porque é necessário pensar em mudanças de fundo, que são da ordem do Ser, dos seus Princípios e dos seus Valores.

Aberta esta caixa de Pandora, também a nós resta a esperança. No nosso caso, alicerçada do fogo de Prometeu, que nos poderá ajudar a criar um novo paradigma estribado nos Princípios e Valores dos Direitos Humanos. E estando envolvido o Direito, afigurou-se-nos pertinente desenvolver um primeiro capítulo dedicado ao estudo da evolução do Caos.

Do aparecimento de formas embrionárias de Ordem nas relações entre os seres Humanos à ordem Justa e o Valor da Justiça, tudo será passado em revista, sendo o Direito o seu instrumento.

O primeiro capitulo incluirá uma descrição cronológica dos mais relevantes marcos na evolução do Direito, estendendo-se até à "Declaração Universal dos Direitos Humanos".

O segundo Capitulo debruçar-se-à sobre alguns dos precursores do viver em Espírito de Fraternidade, permitindo fundamentar a ideia de que a par dos tiranos existiram vultos, cuja vida sempre constituiu exemplo de bondade e que tiveram um enorme impacto no destino da humanidade.

Na elaboração deste segundo capítulo, apareceu uma questão de fundo, que não pode ficar por descrever: Por que razão fizemos menção de umas personalidades e não de outras?

Sem atalhar conclusões, creio que a evocação de alguns textos e das suas estruturas mentais vale por si. Neste sentido, passo à síntese de alguns exemplos opções fraternas, para que a minha escolha fique justificada.

Ao começar pela alvorada da civilização escrita , a Epopeia suméria de Gilgamesh ilustra de forma pioneira como são abordadas os conceitos de Fraternidade e de Imortalidade. Com Siddharta é enaltecido o "caminho do meio" como via intermédia entre os excessos do ascetismo e a entrega ao mundo dos prazeres.Tendo obtido a iluminação Siddharta torna-se Buda e partilha fraternalmente os seus ensinamentos.

Revisitar a vida e obra de São Francisco de Assis, assumiu-se como uma tentação irresistível, porque estamos perante o maior revolucionário espiritual da historia do Ocidente. O seu desprendimento dos bens materiais, a capacidade de construir pontes de entendimento entre beligerantes, aliado a uma capacidade de comunhão com a natureza transformam-no num exemplo de pioneiro da vida em Espírito de Fraternidade.

Com Marsílio Ficino e Pico della Mirandola, recordamos a chegada à Europa do século XV dos saberes herméticos e esotéricos, cujo contributo foi importantíssimo para o surgir da nova etapa do Renascimento, de onde podemos salientar o *"*Discurso da Dignidade do Homem*"* de Pico della Mirandola (Mirandola, 2019).

Segundo Frances Yates, os manifestos Rosacruzes do século XVII representam o último contributo das escolas de pensamento esotérico, que serão reabilitadas no posterior iluminismo (Freitas, 2020, p.23). Este movimento Rosa Cruz é também considerado um percursor do tipo de filosofia que abriu caminho à "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão".

Com Thomas More, mergulhamos nas delicias da Utopia ou “não lugar”, que constitui um marco do pensamento político ocidental, verdadeiramente indutor dos princípios e valores, que estão subjacentes ao viver em Espírito de Fraternidade (More, 2003).

Com Etiénne de La Boétie, somos surpreendidos com o “Discurso da Servidão Voluntaria” em que ataca a ilegitimidade da sobreposição do poder de um individuo sobre outro, bem como da impossibilidade da Fraternidade em tirania (Boétie, 2003).

A Revolução Francesa e o período do Iluminismo fazem parte da criação da uma estrutura de princípios e valores. Veja-se a substituição da conhecida máxima, que está eternamente ligada à Revolução.

Na atualidade, foram consideradas quatro individualidades que vivem entre nós. Referimos o Papa Francisco, os filósofos Edgar Morin , Luc Ferry e Ken Robinson, que têm como denominador comum a consciência dos valores mais altos e a estreita ligação a princípios, que nada têm que ver com o mero ter.

O terceiro Capitulo, será palco da proposta das novas espiritualidades. Falho o vetor do mero direito, insuficiente em praça publica a extensão de uma estrutura normativa, daremos conta de uma máxima: o viver de acordo com princípios sensíveis à Fraternidade.

1 – Caminhada evolutiva do Direito rumo à Declaração Universal dos Direitos Humanos

1.1 - Da necessidade da Ordem ao Valor da Justiça - Uma génese do Direito

As evidências arqueológicas levam-nos a pensar que os seres humanos desde a mais remota antiguidade ficaram a dever a sua sobrevivência, enquanto espécie, à sua capacidade de se interligarem por laços, que poderão ser considerados como o embrião da Vida em Sociedade.

A Revolução Cognitiva enunciada por(Harari, 2018), no seu livro "Sapiens: Historia breve da Humanidade", ajuda-nos a compreender o sucesso do *Homo Sapiens* ao fomentar uma ligação grupal maior. Desta forma, não espantam as consistentes sistematizações de Maslow, nem a organização de um Caos num ordem social cada vez mais sustentada. Há, em toda esta evolução, uma coerência.

Mas se por um lado o sucesso do Homem enquanto espécie esteve intimamente ligado a essa ordem, pela segurança e eficiência que a mesma conferia ao grupo, por outro lado, também devemos atender ao facto de que a racionalidade humana exige que essa Ordem seja justa, ou seja,devemos ser sensíveis ao valor da justiça.

Ao esquema de uma organização muito basilar e embrionária, temos de juntar uma esfera determinadora, legislativa e até moral. Não basta que se fale numa complexificação dos modelos de organização, deixando todas as relações que se podem estabelecer entre os Homens nas mãos de uma mera sucessão de laços. O Ponto de evolução é outro e como vemos,tem de passar pela consciência desta organização, chamando à colação o Direito e a consciência de uma ordem moral, que tem de estar vigente em cada instante da vida de uma sociedade.

Citando (Campos, 2019, p.35), a atenção deve estar na ordem criada. A estrutura da sociedade deve estar ancorada numa moralidade e numa legislação, que não é um mero elemento. Nas palavras do autor, é mesmo o ponto fundamental, para que exista uma sociedade, que se assemelha a uma comunidade de Pessoas e dos seus valores.

Não se considere apenas a ordem. Não se tenham apenas em conta as necessidades. É o Direito positivo, que deve estar em vigor. E avançando mais, este na sua dimensão natural, porque não se pode postular uma ordem, que seja meramente mental. Independentemente das simpatias que possamos sentir pelo modelo kantiano, a ligação conjetural entre os membros da comunidade deve brotar da vivência, isto é, da sua base natural.

A Lei Natural alicerça-se na ordem natural, cujas leis não dependem da vontade humana. Então, do mesmo modo que as leis da Física interpretam fenómenos naturais e os seus princípios imutáveis, como por exemplo a queda dos graves, também a ordem natural do universo contempla princípios imutáveis de ordem social e jurídica, designados Direitos Naturais como por exemplo, o respeito pela vida, pela integridade física e moral, pela propriedade, e pela Liberdade, etc.

Ao debruçar sobre estes Direitos Naturais, constatamos que nem sempre foram reconhecidos ou respeitados, situação que também ocorreu/ocorre com algumas leis da Física, basta recordarmos que durante muito tempo se aceitou que a Terra estava imóvel e era o Sol que girava em seu torno. Podemos, portanto, inferir que do mesmo modo que as leis das ciências naturais se vão sucessivamente aperfeiçoando, também o mesmo processo ocorre no Direito Natural, induzindo novas leis que sucessivamente vão integrar o património jurídico da Humanidade.

Vem a propósito lembrar Paulo Ferreira da Cunha citado por Campos, que nos esclarece o seguinte:

> "Direito Natural e direitos naturais, Direitos Fundamentais e direitos fundamentais, Direitos Humanos e direitos humanos (dimensões epistemológicas com maiúscula e dimensões objetivas e subjetivas com minúscula) não são, de modo algum, expressões sinónimas nem conceitos fungíveis. Têm, contudo, campos semânticos e terrenos de aplicação prática em parte, boa parte mesmo, comuns, sem intersecções".

(Campos, 2019, p.56)

1.2 - O longo caminho do Direito

Anteriormente, enfatizamos a importância do Direito, enquanto relevante instrumento para a sobrevivência da Humanidade, por via da ordem Justa que proporcionava.

Agora, queremos passar em revista outros períodos, começando pela antiguidade pré-clássica. Vamos recuar cinco milénios e apurar o legado jurídico de duas civilizações: os sumérios e os egípcios.

Tal como Roma é conhecida como a Pátria do Direito na Antiguidade Clássica, assim a Mesopotâmia foi a Pátria da primeira legislação codificada na Antiguidade Pré-Clássica.

Distante de nós quase cinco milénios, no território do atual Iraque, a Suméria afirmou-se como o berço da civilização, na medida em que foi ai que se encontraram as primeiras evidências da existência de escolas, parlamento, Códigos de Leis, a primeira sentença judicial com fim de jurisprudência, medicina com farmacopeia, as primeiras cosmogonias e cosmologia, ou seja a primeira Idade de Ouro da Humanidade, convicção fundamentada pelas abundantes fontes escritas que chegaram até nós.

Por volta de 2400 a.C., na cidade suméria de Lagash, encontramos o que atualmente é considerado o mais antigo código jurídico (L´Évêque, 2019), . O Código do rei Urucagina reflete uma tão improvável quanto notável preocupação com os problemas sociais, como se pode ver pelo relato do soberano, que celebrou com o deus Ningirsu um pacto de proteção, para que as viúvas e órfãos não fossem vítimas indefesas dos abusos dos ricos e poderosos.

Relativamente à extrema antiguidade destes documentos, alerta-nos o sumérologo Kramer *"*torna-se evidente, pelo texto da reforma de Urucagina, que a promulgação de leis e regulamentos legislativos pelos governantes sumérios era um fenómeno corrente por volta de 2400 a.C. " (Kramer, 1985).

Um pouco mais tarde, por volta de 2050 a.C., na cidade de *Ur*, o soberano *Ur-Namu* fez refletir no seu código as mesmas preocupações sociais, sendo que as penas eram mais humanas ao contemplarem multas em vez de castigos corporais.

Com o código do rei Hamurabi, datado aproximadamente de 1750 a.C., chegou até nós a mais completa e bem conservada coleção de artigos jurídicos, que segundo Raquel Tavares citada por, *"*incidem nas preocupações com a dignidade Humana revertidas na indispensabilidade de ajudar os outros*"*(Campos, 2019, p.58).

O mesmo espírito humanitário aparece plasmado no código de Manu (1500 a.C.), de certo modo um percursor das leis da guerra ao legislar que os feridos em combate mereciam clemencia, assim como os adversários vencidos (Hamdani, 1978, p.208).

Com a conquista da cidade da Babilónia por Ciro rei dos persas em 539 a.C., reencontramos outra abordagem precursora do espírito humanitário, pois para além de ter respeitado a cultura babilónica que admirava, inibiu as discriminações raciais, libertou os escravos e concedeu liberdade religiosa.

Este notável avanço civilizacional para a época, ficou registado para a posteridade no atualmente designado Cilindro de Ciro. Salientemos que existe uma semelhança flagrante entre as diretrizes plasmadas no Cilindro de Ciro e os quatro primeiros artigos da "Declaração Universal dos Direitos Humanos". Acresce que, segundo a tradição bíblica foi Ciro*,* quem libertou os judeus do Cativeiro imposto décadas antes por Nabucodonosor.

No contexto do período pré-clássico, os egípcios merecem especial referência por via da sua Literatura Sapiencial, produzida em abundante quantidade na forma de coleções de conselhos ou ensinamentos práticos, em que são enaltecidos os Valores para a boa conduta e governação (Conteneau, 1970, p.120).

António Augusto Tavares na sua obra "Civilizações Pré-clássicas" chama-nos a atenção para o Ensinamento de Ptahotep, obra-prima da Literatura Sapiental Egípcia (Tavares, 1995, p.138). Nesta obra que ficou clássica, o sábio expõe em trinta e seis máximas o seu pensamento sobre diversos aspetos das relações humanas. Propõe a prática de virtudes que são fundamentais para todas as pessoas: autocontrolo, moderação, gentileza, generosidade, justiça, amor à verdade e discrição.

Ao chegarmos ao período da Antiguidade Clássica, encontramos na democracia ateniense o embrião das nossas atuais instituições democráticas. A análise etimológica da palavra Democracia evidencia, esta mesma estrutura. Há uma preocupação relativa ao contributo que cada cidadão podia dar, para a governação da sua *Polis.* E posteriormente será este o modelo de toda a governação política.

As instituições atenienses *Ecclesia* ou assembleia, a *Bulé* ou concelho dos quinhentos, os Tribunais e Magistrados e fundamentalmente o Cidadão, no seu conjunto, podem considerar-se como formas arcaicas das nossas instituições atuais, sendo que o espírito de igualdade apresentava-se como um Ideal (Pereira, 2017, p.45).

Atenas foi o berço da *Isegoria* ou liberdade de expressão, da *Isocracia* ou igualdade no acesso ao Poder e *Isonomia* ou igualdade perante a lei. Torna-se pertinente salientar as figuras de legisladores como Drácon, Sólon e Clístenes, que animados por valores nobres, tiveram relevante papel na conceção e implementação da democracia ateniense.

Os valores que emergiram da Grécia clássica, a sua *Aretê*, ou busca da excelência, foram seguidamente assimilados e aperfeiçoados pelos Romanos, que os transformaram num dos seus maiores legados ao património cultural da Humanidade, o Direito Romano (Caeiro, 2002).

A existência de cidadãos todos iguais perante a Lei e a difusão destes conceitos pelo vasto Império Romano, que no período da sua máxima expansão estendia-se desde a Mesopotâmia até à península Ibérica e do norte de África até ao norte da Europa, conjugada com uma grande extensão temporal criou uma marca indelével nesses territórios que permanece até hoje.

Importantes ordenamentos jurídicos muito posteriores, como os emanados da Revolução Francesa, como por exemplo a "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", o "Código Napoleónico", ou os de tradição britânica como a "Magna Carta", ou a "Carta dos Direitos de Inglaterra", todos foram beber a essa fonte inesgotável que foi o Direito Romano (Troper, 1989, p.25)

Seria fastidioso, para não dizer impossível, condensarmos a complexidade e abrangência do Direito Romano. No entanto, é incontornável não mencionar as Leis contidas nas XII Tábuas e legisladores como Justiniano, com a sua compilação do Corpo de Leis do Direito Civil. Muito importantes foram também os princípios jurídicos, que defendiam a presunção da inocência do Réu até prova em contrário, bem como perante a insuficiência de provas, apontando nestes casos para um julgamento a favor do réu.

Resumidamente, poderemos considerar que os posteriores progressos civilizacionais, no plano jurídico e dos princípios humanitários, apareceram associados à ocorrência de flagelos como guerras, desastres naturais ou manifestações de brutal crueldade como o comércio triangular de escravos, o extermínio dos indígenas americanos ou o holocausto.

Estes infortúnios tiveram o condão de influenciar pensadores, que passaram a manifestar a valorização da Dignidade Humana estribada em Direitos inalienáveis. As consequências traumáticas desses flagelos estiveram na origem do desejo de Paz, Justiça e tolerância religiosa. Surgiu assim o Tratado de Vestefália, que pôs termo a um período negro de trinta anos de guerras religiosas na Europa e levou à criação do conceito de estado Vestefaliano. A esse respeito Raquel Tavares, citada por Campos, refere:

> "Representou um marco histórico pela afirmação dos princípios da soberania estadual da não ingerência nos assuntos internos dos outros estados, assim como pelas suas disposições em matéria de liberdade religiosa, as quais lançaram as bases de uma maior tolerância religiosa a nível internacional".
>
> (Campos, 2019, p.27)

Num contexto Iluminista, torna-se igualmente importante referir o contributo direto e indireto da sensibilidade britânica, no que se refere à proteção da pessoa humana e na contenção do Poder do Estado. Esta sensibilidade forjada na "Magna Carta" e na "Carta dos Direitos de Inglaterra" certamente muito influenciaram Locke na elaboração da sua obra "Carta sobre a Tolerância", assim como Rousseau e Montesquieu que estiveram décadas emigrados em Inglaterra (Locke, 2018, p.45).

Com a Revolução Francesa, especialmente no período que antecedeu o terror, vemos surgirem verdadeiras joias como a *"*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão". Este documento, através de 17 artigos de Direitos, contemplou a defesa dos Valores da Dignidade Humana. Acresce que as referências que produzem sobre Deveres ocorrem sempre no sentido do cumprimento desta ou daquela Lei e não no Dever de acatar uma orientação de conduta. Teremos de esperar por meados do Século XX (1948), para finalmente surgir um documento que o faça (Vedel, 1989, p.40).

A “Declaração Universal dos Direitos Humanos” surgiu no rescaldo do fim da Segunda Grande Guerra, que vitimou milhões de seres humanos e viu ocorrerem brutais extermínios como o Holocausto. Neste marco e monumento civilizacional da Humanidade, através de trinta Artigos, são enunciados Direitos que não pretendem ser meramente contemplativos, mas antes os alicerces das constituições e ordenamentos jurídicos dos vários estados.

É precisamente na singularidade de trinta artigos de Direitos terem como contraponto apenas um único dever que reside o fascínio da mensagem, tanto mais que na sua beleza podemos descortinar a relativa ambiguidade de este dever também ser simultaneamente um direito.

2 – O viver em Espírito de Fraternidade e os seus precursores

2.1 – A Epopeia de Gilgamesh: na senda da imortalidade e a construção da Fraternidade (III milénio a.C.)

A civilização suméria surge no III milénio a.C., no território entre os rios Tigre e Eufrates, que corresponde aproximadamente ao atual Iraque. Por ter desenvolvido um sistema de escrita, num suporte praticamente eterno constituído por pequenas placas de barro, cuja plasticidade antes de secar permitia a incisão de marcas coniformes, pôde ser descodificada, permitindo a leitura da língua suméria.

As explorações arqueológicas de Henry Layard permitiram exumar centenas de milhares dessas placas versando temáticas religiosas, jurídicas, literárias e científicas. Tal amplitude de temas e profundidade na abordagem levaram o sumerólogo S.N.Kramer a defender que a História começou na Suméria, e que com toda a justiça podia-se considerar a Mesopotâmia como o Berço da Civilização.

Esta alvorada da Civilização também contemplou a dimensão inquietante da sua própria decadência e queda, na medida em que ao provarmos os frutos da árvore do conhecimento, adquirimos os meios para sermos os Senhores do Planeta, assim como o poder para o destruir e a nós próprios.

Também a Mesopotâmia terá sido pioneira em desastres ambientais, consequência da exagerada extensão das suas populosas cidades e da insustentável demanda de alimentos, o que levou ao esgotamento dos férteis terrenos aluviais, e á desertificação que hoje se observa nesse território.

Foi na Mesopotâmia que surgiram os primeiros mitos da criação, como uma terra emergente das águas primordiais no Jardim do Éden (Edeen é uma palavra suméria), as mais antigas referências ao Diluvio, a Noé, á torre de Babel. Pioneiros na introdução do sistema sexagesimal dividiram a circunferência em 360 graus, e apoiados nos conhecimentos de astronomia adotaram a semana de sete dias considerando a atribuição de um dia para o sol, para a lua e para os cinco planetas visíveis a olho nú.

No panorama da herança suméria destaca-se a Epopeia de Gilgamesh, em que a ênfase dada à Imortalidade e a Fraternidade permitem perceber sobre a relevância destes assuntos, para o pensamento do Homem sumério (Pereira, 2003, p.578).

Este jovem rei de Uruk é apresentado como tendo ascendência humana e divina (por parte da deusa Ninsu). A forma soberba e cruel como reinava levou os outros deuses a atenderem aos clamores da população, para ser tratada com respeito. Ficou então a deusa Aruru, sua antiga ama e conselheira, de implementar uma solução que passou por moldar em argila uma criatura destinada a enfrentar e corrigir Gilgamesh.

Esta criatura denominada por Enkidu caracterizou-se inicialmente por uma rusticidade animalesca, porém humanizou-se quer na forma de apresentação mais cuidada quer na aquisição de valores e princípios (Pereira, 2003, p.600).

Um dos pontos mais emocionantes da epopeia prende-se com o combate titânico entre Gilgamesh e Enkidu. Segundo a interpretação de S.N. Kramer:

> "Os dois titãs - Gilgamesh, o citadino sofisticado, e Enkidu o homem inocente das planícies – lutam um contra outro. Enkidu parece que leva vantagem sobre o seu rival, mas bruscamente (por qualquer razão desconhecida) a cólera de Gilgamesh desaparece e os dois adversários beijam-se e abraçam-se".
>
> (Kramer, 1985, p.218)

Podemos, então, considerar que a partir deste episódio consumou-se entre estes dois personagens uma forma de viver em Espírito de Fraternidade, que se materializou numa bem-sucedida saga de aventuras contra o mal, metaforicamente simbolizado pela vitória sobre o monstro Humbaba, que vivia no Bosque dos Cedros e aterrorizava os sumérios.

De acordo com a descrição mitológica, as façanhas desta fraternal e heroica equipa proporcionou-lhe um enorme prestígio e carinho dos sumérios e também entre os seus deuses, nomeadamente a deusa Isthar, que desejou casar com Gilgamesh, mas este recusou.

Esta recusa terá ofendido os deuses que despeitados por Gilgamesh ter recusado os amores da deusa Isthar enviaram o Touro Celeste contra a cidade de *Uruk*. Porem, mais uma vez, Gilgamesh e Enkidu superam o desafio matando o Touro dos deuses. O acumular destas situações teriam sido consideradas intoleráveis pelos deuses que resolvem vingar-se, fazendo com que Enkidu adoeça e morra.

A morte de Enkidu teve grande impacto em Gilgamesh: o seu inconformismo perante o enigma da morte estimulou-o a encetar uma peregrinação em busca da imortalidade e do sentido da vida. É fascinante constatar como esta epopeia distante de nós mais de cinco milénios foi posteriormente e recorrentemente revisitada e reinterpretada ao longo da História da Humanidade (Pereira, 2003, p.577).

Em presença destas antiquíssimas reflexões da Humanidade sobre o lugar do Homem no cosmos, citando Paulo Mendes Pinto sobressai que a ideia de que condição humana sempre foi para nós um ponto central na nossa reflexão, em torno das mitologias antigas (Pinto, 2021, p.465).

Dificilmente nos podemos afastar das ideias de marca original, tal como retemos dos textos sumérios e acádicos que se debruçam sobre a criação do Homem. Com uma marca distintiva desta natureza desde a sua criação, a mitologia não faria facilmente o seu caminho sem colocar esse ser, criado para servir os deuses, com direito à imortalidade.

Gilgamesh inicia uma longa e bela sucessão de viagens e aventuras, que o levam aos mundos inferiores onde encontra o último sobrevivente do diluvio Utanapishtim (correspondente ao Noé bíblico), e de quem obteve o segredo para colher a "planta da vida" que proporcionava a vida eterna.

Gilgamesh cumpriu com sucesso as secretas instruções e na posse da árvore da vida empreendeu a longa viagem de regresso á cidade de Uruk. Próximo do seu destino passou por um oásis e decidiu banhar-se para se refrescar. Foi então que a desgraça aconteceu: enquanto se banhava uma serpente sentiu o aroma da planta e apoderou-se dela. Imediatamente descartou a sua pele velha e apresentou-se rejuvenescida. A Gilgamesh e à Humanidade nada mais restou senão resignarem-se com a condição de mortais (Pereira, 2003, p.577).

Pelo seu pioneirismo, pois foi nela que pela primeira vez encontramos referências ao diluvio e a Noé, pela complexidade das ideias abstratas a que recorreu, pela ênfase dada á Fraternidade e Imortalidade, pelo dramatismo das descrições, pela beleza literária, pela eventual influência que terá exercido sobre a própria Odisseia de Homero, a sumérica epopeia de Gilgamesh é certamente uma obra imortal.

2.2 - Do Príncipe Siddharta a Buda: A verdade como Caminho

> "Lembremos que Gilgamesh, assim como o Buda, começam as suas longas peregrinações e aventuras depois de contemplar a miséria e a morte fora das muralhas, e dessa forma se sentiu impelido a uma busca de sentido".
>
> (Pinto, 2021, p.464)

Siddharta terá nascido no século VI, durante a chamada Idade do Eixo, num principado do norte da Índia, território de passagem das caravanas da lendária Rota da Seda, ligando o oriente ao ocidente, verdadeira artéria de circulação de mercadorias e ideias.

Requintado aristocrata, adquiriu solida formação intelectual e tornou-se um ágil e robusto atleta. O seu elevado estatuto permitiu-lhe disfrutar dos luxuosos prazeres reservados à sua casta. Dentro daquilo que se poderia expectar para o seu principesco destino, casou e foi pai ainda muito jovem, e continuou a disfrutar das requintadas delícias da vida cortesã.

Porém, de acordo com a tradição budista, um conjunto de três episódios traumáticos provocaram um choque devastador em Siddharta: três passeios fora do palácio proporcionaram-lhe uma janela para um universo de sofrimento que desconhecia até então.

O impacto dessas três visões tumultua os pensamentos de Siddharta que decide partir em busca do esclarecimento. Deixa para trás os palácios, as mulheres, o filho, e cavalga rumo ao Oriente como um asceta (Ferry, 2019, p.145).

Siddharta parte em busca dos grandes mestres espirituais da época, homens como Alara Kalama e Uddaka Ramaputta, mas estes não conseguem satisfazer suas dúvidas. A tradição procurará apresentar todos os elementos essenciais da doutrina budista como uma descoberta pessoal do Buda, decorrente da sua iluminação. Mas, se há elementos que realmente lhe são próprios e inconfundíveis, há também a influência da filosofia Sankhyan e

do hinduísmo, expresso nos Vedas, a antiquíssima coleção de textos religiosos da Índia, que começou a ser composta 1.200 anos antes de Buda.

Desta influência e de outras sínteses posteriores se formaram a cosmologia e a mitologia budista. Abandonando os seus mestres, Siddharta refugiou-se por seis anos no bosque de Sena, território de Magadha, uma região escolhida pelos eremitas para afastarem-se dos apelos do mundo. Ali, junto de cinco companheiros, Siddharta dedica-se à auto mortificação. Faz jejuns prolongados e, quando come, a sua alimentação se resume a frutos; permanece dias seguidos imóvel em posição de meditação, castigado pela chuva ou pelo sol.

Enfraquecido física e mentalmente, Siddharta percebe por fim que tais práticas não o aproximam do que mais procura: respostas para os sofrimentos do mundo. Então, deixa os companheiros, banha-se no rio Nairanjana e se ganha forças com o alimento oferecido por uma aldeã. Depois senta-se à sombra de uma figueira sagrada para meditar. Ali vive a experiência da iluminação que lhe teria dado consciência da verdade absoluta por trás do Universo.

Segundo o relato tradicional, ele vê, simultaneamente, os infinitos mundos do Universo: as suas encarnações anteriores e as de todos os outros seres, a concatenação de todas as causas e efeitos. Ao amanhecer, intui as “Quatro Verdades Nobres”, colunas-mestras do budismo:

1) O sofrimento é inerente a toda forma de existência;

2) A ignorância é a origem do sofrimento;

3) Pela extinção da ignorância é possível extinguir o sofrimento,

4) O caminho que leva a isso é equidistante da entrega aos prazeres e apelos do mundo e dos rigores do ascetismo e da auto mortificação. Buda, aliás, vai referir-se a esse caminho intermédio com a metáfora de um alaúde, cujas cordas não podem estar nem muito frouxas nem muito tensas para que produza o som adequado.

Depois do episódio da iluminação, Siddharta torna-se o Buda. E também adota o título de Tatágata (aquele que veio da verdade). Procurou seus cinco ex-companheiros de ascetismo e converteu-os numa única pregação. Em seguida, converteu os irmãos *Kassapa,* adoradores do fogo, e os brâmanes Sariputra e Moggollana, que serão seus mais importantes discípulos. É o início da Sangha, a comunidade budista, que justamente com o Buda e o Dharma, a doutrina, forma as "Três Jóias" do budismo (Weber, 2021).

Mais do que tudo, unia-os uma oposição ao sistema de castas que dividia (e ainda divide) a sociedade indiana, assegurando os privilégios da elite sacerdotal. Em suma: o budismo primitivo era mais um movimento rebelde, e o que mais vingou.

No rasto da pregação de Buda formou-se uma numerosa comunidade de monges e monjas que renunciaram aos bens materiais e às atividades profissionais para viver de esmolas, meditar e pregar a doutrina do desapego. Entre os convertidos pelo Buda estava seu filho, Rahula.

Três marcas são características do budismo: as noções de impermanência, ou seja, todos os fenómenos são efémeros, sujeitos à contínua transformação; insubstancialidade, isto é, os seres não possuem qualquer núcleo estável que determine a sua natureza, mas são uma complexa e sempre cambiante teia de relações; e nirvana, o estado de extinção dos sofrimentos que se manifesta quando o homem compreende profundamente a impermanência e a insubstancialidade, e se liberta de sua "ilusão de eu" e dos apegos egoístas que ela engendra.

Não há propriamente uma alma imortal: são as ações, palavras e pensamentos de uma existência que tecem a trama (karma) que determina a existência futura. Esse processo é

considerado extremamente doloroso, e escapar dele deve ser o fim visado por todos os seres. Em Buda, e na sua partilha dos seus ensinamentos sobre o caminho para a Transcendência, encontramos um dos mais belos exemplos de Viver em Espírito de Fraternidade

2.3 – Francisco de Assis: A via da caridade

São Francisco de Assis,batizado com o nome de Giovanni Bernardone em 1181, foi filho de um abastado mercador. Na sua juventude, desfrutou de uma juventude plena de prazeres e luxos, mas este ritmo e opções de vida, não foram decisões de longa duração. A progressiva consciência da vacuidade da sua existência levou a uma importante transformação.

Como se pode ver pela literatura ocidental, os seus ensinamentos deixaram uma grande marca na cultura, na proposta moral, e sobretudo impuseram uma grande radicalidade na vivência do Evangelho.

Constituindo uma ordem medicante, com um forte cunho de radicalidade, as suas revisões da ética cristã foram além fronteiras. O seu modo de encarar a vivência em comunidade, a relação entre os irmãos e a inclusão de todos os seres vivos na economia da vida, também foram louvados. Tudo, ficou nas grandes páginas da ética e da ecologia humanitárias (Gonçalves, 2014).

O que emerge claramente em Francisco de Assis é que para ele a fraternidade não é uma ideia, uma teoria abstrata, mas um fato concreto, uma experiência que muda a vida. Acresce que para Francisco não há fraternidade se não reconhecermos (e não aceitarmos) a filiação comum do Pai Criador (Figueiredo, 2016 , p.720).

Por outro lado, na espiritualidade franciscana, “irmão” não é um simples apelido, nem exprime um sentir afetivo como o dos religiosos uns com os outros, mas antes uma nervura estrutural que determina o ser do grupo e o modo que configurará todo o seu agir

.

A Fraternidade franciscana é uma experiência de comunhão de irmãos que querem viver, não uns ao lado dos outros, caminhando para o mesmo fim e ajudando-nos a atingi-lo, voltados uns para os outros para mutuamente nos amarmos, como o Senhor mandou e nos deu exemplo e mandamento. Uma das caraterísticas essenciais do grupo franciscano é a igualdade que, em vez de anular as diferenças, as promove como enriquecimentos.

Porém, para Francisco de Assis a fraternidade não é um presente "estático", um fim em si mesmo. Ela se alimenta e cresce nutrindo-se da caridade. E isso sempre traz a paz. A relação com os irmãos traça um caminho, inicia um processo que se desenvolve em uma dimensão comunitária. Isto é, a Fraternidade franciscana, longe de ser a congregação dos perfeitos ou seleção dos melhores, é a conjugação das diferenças, onde se exaltam as diferenças e qualidades de cada um, e é destas que resulta a "fraternidade verdadeira"(Teixeira, 2016, p.310).

A visita ao Sultão do Egito Al-Kamil no ano 1219 constituiu um primeiro diálogo sincero e desarmado entre o Islão e o cristianismo. Francisco sempre se manifestou contrário ao espírito belicista e de saque desta quinta cruzada.

Foi temerária a atitude do *Poverello de Assis*, como também era chamado, mas a sua coragem, assente na fé e caridade evangélicas, acabou por ser premiada. Foi o primeiro verdadeiro "encontro", olhos nos olhos entre cristãos e muçulmanos.

Depois de ouvir Francisco, o Sultão responde que o vai apoiar. Não deixa de ser irónico, que com a autorização do Sultão, Francisco visitou o Santo sepulcro, Nazaré e Belém, tendo sido ironicamente o único participante na cruzada que chegou a visitar a Terra Santa

.

Já num quadro mundo recente,Francisco de Assis volta a inspirar o Papa, o primeiro na história a tomar o seu nome em 13 de março de 2013. Em 2015, foi o louvor a Deus pela Criação, o Cântico das Criaturas, a dar uma alma à Encíclica *Laudato si'* (LS, 2015). Também se sentiu o Espírito de Assis, e se recordou o encontro de 1219, de São Francisco com o Sultão do Egipto, quando em 4 de Fevereiro de 2019, com a assinatura conjunta do documento "Fraternidade Humana – Em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum" pelo Papa Francisco e pelo Grande Imame Ahmad Al-Tayyeb, em Abu Dabhi.

Pelo seu exemplo e pensamento o *Poverello Frater* Francisco foi um verdadeiro construtor de pontes de diálogo inter-religioso, percursor da Ecologia e da vida em Fraternidade, continuando até hoje a inspirar vocações e a comover e moldar atitudes e condutas plenas de bondade.

2.4 – Marsílio Ficino, Pico della Mirandola: os Direitos Humanos e a Fraternidade no movimento Rosa-Cruz

Para a Europa, o século XV foi um período interessante por muitos motivos. Queremos destacar alguns deles, em seguida, porque nos ajudam a trilhar este caminho científico, que visa fundamentar uma via da Fraternidade.

Por um lado, no ocidente as nações ibéricas protagonizam um movimento pioneiro de expansão marítima que viria a dar novos mundos ao mundo, ao mesmo tempo que Fernando de Aragão e Isabel a Católica concluíam com sucesso a reconquista cristã iniciada no século X, ao vencerem o Reino de Granada, ultimo baluarte do Islão na península.

Por outro lado, na zona oriental da Europa, o Islão através dos turcos otomanos, exerce um fatal estrangulamento sobre o Império Bizantino, herdeiro do Império Romano do Oriente. Esta pressão viria a provocar a queda de Constantinopla em 1453, data a que se associa o fim da Idade Média e o início do Renascimento (Cheynet, 2006, p. VII).

Pese embora as inconciliáveis divergências entre cristãos católicos e ortodoxos, a aflição levou o Imperador Bizantino João VIII Paleólogo a empenhar esforços de aproximação, por forma a obter apoio militar de Roma. Um desses esforços diplomáticos foi o Concilio de União das Igrejas do Ocidente e do Oriente de 1439.

Este Concilio foi Inicialmente previsto para Ferrara, porém um surto de peste obrigou a uma alteração de emergência em que o banqueiro florentino Cosme de Médicis foi determinante para a definição do local alternativo. Em boa verdade, as circunstâncias permitiram-lhe a oportunidade de afirmar a superioridade da sua cidade, Florença

.

De entre os vários intelectuais que integraram a comitiva bizantina devemos salientar pelo seu grande impacto junto dos florentinos Gemisto Pletòne, humanista e neoplatónico possuidor de erudição enciclopédica com conhecimentos esotéricos, nomeadamente cabalísticos, e ecletismo em matéria de religião, pois domina entre várias religiões, os oráculos caldaicos, a tradição zoroastriana, o bramanismo, etc.

Com ele os florentinos reencontraram novamente a ideia de uma tradição ininterrupta de sabedoria, de uma prisca filosofia. Ideia que frutificou através da ação e poder de Cosme de Médicis ao pedir em 1450 a Marcilio Ficino a criação de uma Academia Neoplatónica, assim como patrocinou o envio através do mundo mediterrâneo de agentes encarregados de recolher manuscritos.

Em 1460, pela mão do frade Leonardo de Pistoia, chegou a Cosme de Médicis o manuscrito em grego do *Corpus Hermeticum*, que imediatamente foi entregue a Ficino que o traduziu com a anuência do papa Paulo II cuja tolerância e posicionamento humanista tinha sido influenciado por Pico della Mirandola autor da obra 900 Teses versando a conciliação da religião com todo o Saber do seu tempo, nomeadamente as filosofias herméticas, cabalistas e neoplatónicas. Acresce que se viveu um período de visão otimista com a redescoberta que o Homem tinha a capacidade de se melhorar a si próprio e ao mundo. Uma dessas obras seminais deste período foi o "Discurso da Dignidade do Homem" de Pico della Mirandola.

Pelos motivos anteriormente aduzidos, o *Quattrocento* florentino induziu o que poderíamos denominar pelo casamento do Cristianismo e do Hermetismo, inicialmente com Marcilio Ficino e Pico della Mirandola, a que posteriormente se juntou o contributo de Paracelso, Oswald Crolius, Valentin Wiegel e Henirich Khunrath. Este impulso viria a alavancar as reflexões que se materializaram no Movimento Rosa-Cruz dos séculos XVI e XVII (Casoretti,2020, p.63)

.

Segundo Frances Yates, os Manifestos Rosacruzes do início do século XVII eram expressões perfeitas da nova e estimulante visão do potencial e das proezas humanas que tornaram possível a revolução científica (Freitas,2020,p.40). Com o seu apelo à Reforma Universal e Geral do mundo inteiro, e dada a sua convicção de que a Humanidade e a Criação podiam ser trazidas de volta ao estado adâmico original, os Manifestos Rozacruzes forneceram uma ponte entre o Cristianismo hermético e a Ciência moderna.

Na mesma linha de pensamento, Lomelino de Freitas defende que os Rosacruzes clássicos foram precursores do tipo de filosofia que abriu caminho à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e à posterior Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Se por um lado encontramos a influência Rosa-Cruz nestes documentos de âmbito mais material, por outro lado a proposta Rosa-Cruz também foi seminal para a conceção de cartas de Direitos contemplando aspetos mais espirituais, nomeadamente na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América de 1776 que proclamava (Freitas, 2020)

.

2.5 – Thomas More: a ilha da Utopia

Thomas More nasce em Londres em 1478, vindo a falecer 57 anos depois por aplicação de pena capital, consequência da sua inflexível retidão de carácter e solidez da sua convicção católica, na medida em que recusou ajuramentar-se perante o rei Henrique VIII, repudiando assim o Decreto de Susceção em que estava envolvido o não reconhecimento da suprema autoridade do papa. Esta posição valer-lhe-ia o reconhecimento como mártir, vindo posteriormente a ser reconhecido como Santo pelo papa Pio XI em 1935.

Vulto de primeira grandeza do humanismo renascentista foi contemporâneo de Nicolau Maquiavel e grande amigo de Erasmo de Roterdão, versado nos S*tudia Humanitatis* produziu vasta obra de que se destaca A Ilha da Utopia cujo subtítulo, *Optimo Repulicae Status*, remete-nos para as propostas pré-modernas de um pensamento republicano de "não exclusivista" e portanto inclusiva da monarquia nessa Republica, enquanto expressão governativa emanada da vontade popular. A mesma ideia é reforçada por Trindade 2018 no seu ensaio "A Utopia de Thomas More e a questão Republicana", que defende que a escolha do subtítulo da obra manifesta o objetivo de Moro, em descrever a melhor República pese embora imperfeita e suscetível de evolução e melhoramentos. Este ponto de vista tenta refutar as interpretações de Berlin (1978) e Popper (1987) em cuja perspetiva a sociedade descrita na Utopia seria um presságio das sociedades totalitárias surgidas no século XX.

More inscreveu a Utopia num tipo de estrutura argumentativa profundamente inspirada pelos S*tudia Humanitatis,* remontando as raízes dessas abordagens políticas a obras clássicas como a Republica de Platão, e a Política de Aristóteles, porém More, não se ficou apenas pelos recursos argumentativos, reintroduziu o relato de viagem, certamente em coerência com a sua época de épicas viagens de navegação e descoberta de Novos Mundos (Pereira, 2016, p.4). Neste contexto, torna-se plena de significado a escolha do personagem narrador, Gabriel Hitlodeu apresentado como piloto navegador português que viveu cinco anos na Ilha da Utopia. Vem a propósito a análise etimológica de Hitlodeu: de *Hytlodaeus*,

isto é *hythlos* (imprudência) e *daio* (distribuidor/difusor), pelo que esta escolha de Moro pressupõe a consciência de que a mensagem que apresentou aviltava os poderes instalados.

De entre os numerosos assuntos descritos no *"Discurso do Magnifico Rafael* Hitlodeu *",*acerca da melhor constituição de uma República, podemos destacar o princípio da Igualdade, e a abolição da propriedade privada:

> "Quando me entrego a tais pensamentos, presto inteiramente justiça a Platão e já não me admiro de que ele se tenha recusado a fazer leis para aqueles povos que não aceitam a comunidade dos bens. Esse grande génio previra facilmente que a única maneira de organizar a felicidade pública era a aplicação do princípio da Igualdade (...)Eis o que invencivelmente me convence de que a única maneira de distribuir os bens com equanimidade e justiça, instituindo a felicidade do género humano, é a abolição da propriedade".
>
> (More, 2003, p.35)

A Utopia ou "não lugar", constitui um marco do pensamento político ocidental, estribada na senda da tradição Clássica expressa na ilha Atlântida de Platão, o seu grande legado viria a frutificar nas posteriores reflexões político-filosóficas, desde o Humanismo, Iluminismo, até á atualidade, e que foram indutoras do papel dos Princípios e Valores da Liberdade e da Igualdade, e do sonho "de viver em Espírito de Fraternidade" (Moser, 1978, p.30).

2.6 - Etienne de La Boétie: o Discurso sobre a servidão voluntária

Este filósofo humanista viveu em França no século XVI, tendo mantido uma estreita amizade com Montaigne, que lhe prestou homenagem no seu ensaio "Sobre a Amizade". Após a morte prematura aos 32 anos de La Boétie, Montaigne por disposição testamentária herdou as obras de seu amigo, que segundo a sua apreciação foi um dos autores mais importantes do seu tempo.

Profundamente influenciado pelos *Studia Humanitatis* tornou-se conhecedor da sabedoria da Antiguidade Clássica, nomeadamente através das traduções para francês de obras de Xenofonte e Plutarco.

Em 1548, com apenas 18 anos, redigiu a sua obra mais importante, o " Discurso da Servidão Voluntária", inspirado por um episódio de violenta repressão em Bordéus perpetrado pelo rei Henrique II. Nesta obra política singular o jovem humanista afasta-se da questão tradicional do melhor regime para enfrentar os problemas da tirania. Tirania que não designa um tipo de regime, um poder arbitrário de um só, mas a destruição da comunidade política pela corrupção da relação consigo e com os outros, que representa a servidão voluntaria á tirania e se opõe à comunidade política autêntica fundada na Liberdade e na Amizade (Daigle, 2016, p.120).

O alcance subversivo do texto, mostrando que a tirania opera em toda a parte e sobretudoonde a autoridade política se faz passar por legítima, explica o uso político que dela farão ao longo da Historia todos os movimentos em luta contra o poder estabelecido, desde os protestantes do século XVI aos anarquistas do século XX, passando pelos revolucionários de 1789. O facto universal da tirania parece incompreensível: como é possível a um só homem subjugar milhões? Porquê a maioria dos seres humanos suporta a miséria e a servidão? (Quelquejeu, 2019, p.23).

Torna-se necessário retomar as causas dessa dominação e desmontar os seus mecanismos, o que proporciona a ocasião para a reflexão sobre a Política e a Natureza Humana. Para tal, recorrendo ao Discurso sobre a Servidão Voluntária, vamos considerar quatro ângulos de abordagem:

1) Defendendo que os seres humanos são livres por natureza, contrariando a tese da Escravidão defendida por Aristóteles na sua obra Política, Étienne de La Boétie contrapõe que a Liberdade é um Direito Natural. E reforça afirmando que as desigualdades das aptidões naturais não poderiam justificar nenhuma hierarquia entre os seres humanos, sendo atribuído aos mais fortes a faculdade de dar, e aos mais fracos a faculdade de receber, deste modo a natureza convida nos a aliarmos para formarmos assim uma comunidade de iguais fundada na troca e na amizade. Com este fundamento defendeu de La Boétie que a Servidão é algo antinatural.

2) Merece atenção especial o paradoxo da Servidão Voluntaria, em que um Tirano pode subjugar seres humanos pelo terror e pela força, porém ele não pode manter-se a não ser com o consentimento deles.

Diz de La Boétie, os seres humanos não são escravos por constrangimento ou cobardia, mas sim porque querem. Pois bastaria não querer mais servir o tirano para acabar com o poder dele. Assim o tirano é infinitamente fraco comparado com a força do número. A sua única força é a força que lhe é dada pelos súbditos.

Pode-se também observar que não falta coragem aos súbditos porque eles seriam capazes de combater até á morte pelos tiranos, portanto, eles fazem a opção incompreensível de lhe sacrificar a sua Liberdade alienando assim o próprio ser.

3)Como explicar a vontade de servir que caracteriza um povo “desnaturado” pelo costume ou hábito?

Uma possível explicação consiste no facto da natureza ter em nós menos poder que o costume ou o hábito. Os seres humanos criados sob a tirania acostumam-se com a servidão, e o tirano embrutece e corrompe os seus súbditos pelos princípios do *panis et circences*, que operam como uma forma de suavizar a servidão com uma venenosa e alienante doçura.

De La Boétie também evoca a ação nefasta da crença na tradição dos reis taumaturgos, isto é, operadores com o transcendente, visto ser pratica dos tiranos recorrer á religião e a fábulas por forma a induzir a devoção.

O espírito do Discurso está claramente em oposição á teoria do Direito Divino do rei a governar, defendida por Jacques Bossuet e Jean Bodin.

4)A cadeia tirânica segundo Étienne de La Boétie:

> “ São sempre quatro ou cinco os que estão no segredo do tirano, são esses quatro ou cinco que sujeitam o povo à servidão. [...] Essa meia dúzia tem ao seu serviço mais seiscentos que procedem com eles como eles procedem com o tirano. Abaixo destes seiscentos há seis mil devidamente ensinados a quem confiam ora o governo das províncias ora a administração do dinheiro, para que eles ocultem as suas avarezas e crueldades, para serem seus executores no momento combinado e praticarem tais malefícios que só à sombra deles podem sobreviver e não cair sob a alçada da lei e da justiça. E abaixo de todos estes vêm outros.”
>
> (Boétie, 2003, p.80)

Um só homem não poderia subjugar todo o povo, o segredo da dominação consiste na instrumentalização do habito ou costume, da superstição ou crença e, finalmente na construção de uma cadeia tirânica composta por tiranos intermédios.

Nesta cadeia a liberdade é permutada por um conjunto de benefícios e sinecuras que apresenta alguma semelhança com as cadeias de suseranos e vassalos medievais, que por sua vez se assumem como suseranos de segunda ordem perante outros vassalos mais inferiores e assim sucessivamente. Em boa verdade, é possível encontrar o mesmo “fenómeno” em muitas sociedades contemporâneas, dominadas por caciquismos de múltipla natureza, ou derivas totalitárias.

O grande legado de Étienne de La Boétie consiste em ter sido um percursor, no seu "Discurso da Servidão Voluntária", da ilegitimidade da sobreposição do poder de um individuo sobre outro, assim como dos valores da liberdade e igualdade entre todos, bem como da impossibilidade da Fraternidade na tirania.

2.7 – Revolução Francesa e o triplo lema: Liberdade, Igualdade, Fraternidade ou Morte

Umas das mais belas metáforas de revolução recorre à imagem de uma escada, em que a horizontalidade na dimensão do degrau é associada ao desenrolar de um mais ou menos longo período de tempo, em que uma dada ordem permanece praticamente estável ou com mínimas e pontuais alterações. Já o espelho do degrau com a sua maior ou menor altura expressa alegoricamente a dimensão das tremendas alterações que ocorrem em muito pouco tempo e levam a uma nova ordem ou, por outras palavras, o espelho do degrau simboliza a Revolução (David, 2006).

A França do *Ancien Regime* era uma nação esgotada por guerras, que tiveram desfechos desfavoráveis, em que uma consequência importante consistiu na perda de influência colonial e naturalmente na redução dos proventos do mercantilismo.

Internamente pesava muito negativamente a herança do feudalismo em que o Povo era esmagado com impostos, e as classes privilegiadas; Nobreza e Clero amoleceram numa ociosidade licenciosa, não contribuindo para a riqueza da nação, e pelo contrário assumiam-se com o direito a serem parasitas. Acresce que Luís XVI, pese embora ser um soberano absolutista, foi confrontado com a inércia e mesmo franca oposição dos privilegiados em relação á introdução de urgentes e justas reformas que funcionassem como válvulas de escape para as tensões acumuladas (Commaille, 2006, p.100).

Por outro lado é oportuno recordar que a Inglaterra, vizinho insular da França e seu eterno rival, tinha enfrentado no século anterior crises e convulsões com algumas semelhanças pois viveu a decadência e queda do absolutismo, após sucessivas dissoluções do parlamento, guerra civil, República de Cromwell e, finalmente, a estabilização com Guilherme de Orange e Maria II numa ação sem derramamento de sangue, e que por essa razão foi denominada por Revolução Gloriosa. Esta nova monarquia era parlamentarista e tinha por alicerce jurídico fundamental imposto pelo Parlamento o Bill of Rights ou Declaração dos Direitos.

Esta dinâmica alavancou a sensibilidade inglesa pródiga na defesa da dignidade da Pessoa Humana, estribada em raízes como a Magna Carta e consolidada por contributos como o Bill of Rights e a Carta sobre a Tolerância de Locke. Instituições como a Royal Society e a Franco-Maçonaria, com o seu lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, tiveram uma enorme importância no contexto iluminista e influenciaram de forma indelével vultos como Rousseau e Montesquieu que retidos durante décadas como exilados políticos em Inglaterra levaram depois estas Luzes para França, com enorme sucesso, de tal modo que entre as principais figuras da Revolução Francesa, poucos foram os que não pertenciam á Franco-Maçonaria (Mazauric, 2019).

Na França absolutista estavam, portanto, reunidas as condições objetivas para uma grande explosão social; por um lado fomentada pelas aviltantes assimetrias sociais e a conjugação de crises económicas e financeiras, e por outro com o avolumar das fomes decorrentes de maus anos agrícolas.

Nestas condições austeras, o Terceiro Estado, constituído maioritariamente pelo povo paupérrimo liderado por uma Burguesia esclarecida pelos Valores e Princípios do Iluminismo, começou por solicitar aos poderes instalados mais direitos e uma resposta para a crise. Infelizmente a convocação dos Estados Gerais de 1788 e 1789 foi infrutífera espelhando a incompatibilidade de interesses.

A deceção induzida por este fracasso estimulou o Terceiro Estado a propor no verão de 1789 a criação de uma Assembleia Nacional constituinte por forma a também dotar a França de uma Constituição, á semelhança de Inglaterra. Perante a atitude refratária do Clero e Nobreza respondeu o Terceiro Estado com uma Assembleia Nacional apenas por si composta. A 14 de Julho de 1789 as tensões sociais já não podiam ser contidas e explodiram numa revolta que inicia a Revolução Francesa e cuja ação emblemática foi a tomada da Bastilha, prisão principalmente para presos políticos e símbolo do Antigo Regime (Commaille, 2006, p.100).

Pese embora o período revolucionário ter decorrido num tempo relativamente curto, mesmo assim é possível identificar marcos que balizam as várias etapas da Revolução que foram sucedendo a um ritmo frenético:

O início é assumido como o 14 de Julho de 1789 com a tomada da Bastilha. Neste período inicial devemos salientar a Assembleia Nacional, de cujos trabalhos emanaram verdadeiros monumentos civilizacionais, de entre os quais salientamos:

A "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão", em que os franceses passaram de súbditos do Rei a Cidadãos, irmanados nos direitos e deveres.

A Constituição Francesa de 1791 - que assegura a universalidade da condição de Cidadão: todos são iguais perante a Lei, voto censitário, confiscação das terras do Segundo Estado, assim como o fim do dízimo. Esta Constituição vigorou entre 1791 e 1793 passando formalmente a França a ser uma Monarquia Constitucional.

Na composição da Assembleia Nacional Constituinte salientaram-se dois grupos, o "conservador" designado por Girondinos, assim chamados por os seus membros serem maioritariamente oriundos da Gironda, e que se instalavam na parte direita da camara, distribuição que desde essa altura inspirou o eixo esquerda-direita. O outro grupo, que se instalava à esquerda, os Jacobinos, eram assim chamados porque tinham a sua sede no mosteiro de São Jacob. Eram partidários de uma visão radical e crispada. Podemos dizer mesmo intolerante com a nova Monarquia Constitucional.

Neste contexto de instabilidade falhou uma reação contra-revolucionária protagonizada pelo rei apoiado militarmente pelas monarquias austríaca e prussiana. Consequentemente a revolução radicalizou-se com a dissolução da Assembleia que foi substituída pela Convenção Nacional. Foi neste período designado como o Terror que em 1793 foram guilhotinados Luís XVI e sua esposa Maria Antonieta. A extrema violência deste período também não poupou a vida da liderança jacobina: Robespierre, Saint-Just e Danton.

Após a queda da Monarquia Constitucional, o Terror varreu a França como um ciclone, mas em 1795 assistiu-se a uma recuperação do controlo da revolução por parte da burguesia com a introdução de um Diretório, porem a eficiência da ação governativa continuou medíocre e a crise social agravou-se tornando muito concreta a ameaça do regresso ao radicalismo do Terror.

A estabilidade só foi reencontrada após o golpe de estado do 18 de Brumário, protagonizado por Napoleão Bonaparte, que aliando um notável génio militar e de organização, transformou a França numa vitoriosa máquina de guerra, até 1815.

No rescaldo dos períodos da Revolução e Império Napoleónico, a França inspirada pelos ideais de Liberdade, Igualdade, transformou-se num farol cuja Luz inspirou os ímpetos independentistas da América Latina, assim como demonstrou que a tirania do absolutismo podia e devia ser substituída por regimes baseados na Liberdade e dignidade da pessoa humana e nos Direitos de todos os Cidadãos sem discriminações, e vivendo em espírito de Fraternidade, ficando esta consignada no triplo lema Liberdade, Igualdade e Fraternidade após as convoluções sociais de 1848 (David, 2006, p.60).

2.8 – Henry Thoreau, Gandhi e Martin Luther King: Desobediência civil sem violência

Decorre do pensamento explanado no primeiro ponto deste trabalho que a necessidade de viver de acordo com uma Ordem Justa exige a existência de Leis, que reflitam o Valor da Justiça e sustentem o Estado de Direito.

Em todo o caso, condições infelizes e/ou retrogradas podem conduzir a construções legislativas perfeitamente coerentes e legais, no entanto feridas de clamorosa injustiça. Vem a propósito recordar que o holocausto perpetrado pelo nazismo estava alicerçado em leis, como por exemplo as leis de Nuremberga de 1933, que o legitimavam pese embora induzirem a prática de crimes hediondos.

Também podemos lamentar, entre múltiplos exemplos, a escravatura e as discriminações, nomeadamente as discriminações raciais ou de género que têm assumido o papel de nódoas na nossa evolução enquanto espécie pensante.

Assim, tenhamos em consideração que a lei não é o bezerro de Ouro a que tudo se sacrifica e subordina, em prol da manutenção de ordens injustas. Bem pelo contrário, faz todo o sentido invocarmos a existência do direito de resistência, se não mesmo o dever de resistir através do seu Instrumento, por excelência da legitimidade para a desobediência civil, através de meios não violentos.

Na sua tese " O Direito de Resistência: Legitimidade para a Desobediência Civil – O Caso Português" Serafim Gonçalves apresenta-nos relativamente à Idade Contemporânea em que nos situamos, três individualidades cujo contributo foi relevante para teorizar e implementar estratégias de desobediência civil sob a inspiração da não-violência: Henry David Thoreau; Mohandas Ganghi e Martin Luther King (Gonçalves, 2016).

Henry David Thoreau nasceu em 1817, no estado norte-americano de Massachusetts, no seio de uma família descendente de huguenotes franceses. Formado em Literatura e Línguas, foi profundamente influenciado pela ambiência romântica em que viveu. Apaixonado pela vida em comunhão com a natureza, pode-se considerar um percursor da ecologia.

A guerra que envolveu o México e os Estados Unidos da América em 1848 impressionou-o muito, fundamentalmente por a considerar uma guerra injusta e com o objetivo de expansão da escravatura a novos territórios. Naturalmente que para um abolicionista convicto como Thoreau as leis vigentes eram injustas e deviam ser alteradas, deixando claro que não procurava ruturas nem com o estado nem com as suas instituições (Specq, 2012).

Sob este estímulo escreveu em 1848 a obra conhecida entre nós por “Desobediência Civil” e cujo título original “Resistence to Civil Government”. Se revelou uma obra seminal, para todos aqueles que posteriormente foram confrontados com a necessidade de se opor a tiranias suportadas por Leis. A seguinte questão inquietou particularmente Thoreau: *S*eria legítimo não aceitar uma lei que se mostra injusta, ou, mesmo sendo a lei injusta somos obrigados a aceitá-la e cumpri-la, ainda que passemos a ser ferramentas alavancadoras de tais injustiças?

Para Thoreau, a Lei não podia ser colocada acima do Direito, nem da Justiça, nem tão pouco se poderia ferir o “Pacto de Cidadania” em que assentava a República. Daqui decorre que em presença de situações de injustiças sociais, ordenamentos jurídicos injustos e de governos autoritários estaria legitimada a desobediência civil, operacionalizada por exemplo pela recusa do pagamento de impostos (Guest, 2014, p.65).

A irreverência e honestidade intelectual do seu pensamento assim como as atitudes que tomou em coerência permitem-nos render-lhe uma homenagem muito especial pelo seu pioneirismo no campo dos Direitos Humanos.

Mohandas Karamchand Gandhi nasceu em 1869, tendo sido assassinado em 1948. Filho do primeiro-ministro de um pequeno estado indiano, beneficiou de esmerada educação ocidental tendo-se formado em Direito na University College de Londres.

A Índia foi a joia da coroa do Império colonial britânico, que pautou a sua soberania através da repressão musculada de todas as tentativas de revolta, aliás a sua condição de grande potência permitia-lhe tradicionalmente ultrapassar as dificuldades por via das ameaças, ostentação de força e, quando necessário, pela brutal aplicação da mesma.

Gandhi revelou-se um adversário poderoso: reunia a sabedoria ocidental que teve oportunidade de assimilar e aliou-a à milenar sabedoria hindu .

Profundamente influenciado pela obra *"*Sobre o Dever da Desobediência Civil*"* de Thoreau, Gandhi assimilou o conceito individual de desobediência civil, porém foi mais longe e implementou-o com vantagens inerentes a um movimento de massas (Cervera-Marzal, 2015). Acresce que a sua interpretação da desobediência civil envolveu duas linhas de força principais:

1) Por um lado os movimentos reivindicativos das massas por meios não violentos, em que encontramos a influência da herança hindu por via do jainismo (Ahimsa), a que se juntou o contributo ocidental de Leão Tolstoi que na sua "Carta para um Hindu", de 1908, defendeu que recorrendo apenas ao amor como arma da resistência pacífica seria possível as massas indianas libertarem-se do colonialismo britânico.

2) Por outro lado, a política do boicote sistemático (Swadeshi) praticada por milhões de indianos em relação aos produtos de origem britânica revelou-se devastador para esses interesses.

Os britânicos pura e simplesmente não estavam preparados para enfrentar um combate em que as armas tinham um peso menor que a ação psicológica da não-violência. Ghandi demonstrou uma inteligência, bondade e compaixão cujos efeitos foram devastadores para os seus adversários. Ao cultivar uma imagem de despojamento ascético, criou um arquétipo em que milhões de indianos se reviam e assimilavam as suas diretrizes porque as compreendiam e se identificavam culturalmente com elas.

Num período em que no mundo ocidental se ensaiava a adoção de regimes totalitários como alternativa às Democracias, Gandhi afirmou-se pela superioridade moral da sua Satyagraha, nome do movimento de desobediência e resistência não-violenta que acabou por ser bem-sucedido e conseguir a independência da Índia em 1948.

O seu pensamento que diz que a força gerada pela não-violência é infinitamente maior do que a força de todas as armas inventadas pela engenhosidade do homem e a coerência das ações constituem um exemplo de fraternidade e progresso civilizacional que posteriormente viria a inspirar outros líderes, como por exemplo Martin Luther King ou Nelson Mandela (Refalo, 2021).

Martin Luther King acabou por ser o corolário de um crescendo de sucesso das técnicas de desobediência civil não-violenta, pese embora tenha sido assassinado. Estamos perante uma individualidade com uma dimensão humana absolutamente excecional. Doutorado em Teologia foi agraciado com mais de trezentos doutoramentos *Honoris Causa* e recebeu o prémio Nobel da Paz em 1968. Os Estados Unidos da América manifestaram-lhe a sua profunda homenagem ao proclamarem, desde 1986, o dia do seu nascimento (15 de Janeiro) como feriado nacional.

Profundo conhecedor da vida e obra de Gandhi desde 1948, visitou a Índia em 1959 tendo ficado rendido ao fascínio da irreverente surpresa, das técnicas de protesto e luta não violenta desencadeadas na Índia, assim como no paralelismo existente entre as lutas de um povo que sofre com as discriminações raciais e pugna pela sua independência enquanto nação, e a situação da população negra americana, para quem não se aplicavam os Princípios e Valores dos fundadores da nação de 1776. Não obstante o fim da escravatura após a Guerra da Secessão de 1863, a segregação racial passado um século apresentava aspetos aviltantes, aliados a uma brutal repressão, especialmente nos estados do suL.

Existe uma dimensão de contemporaneidade na campanha implementada por Martin Luther King, na medida em que decorreu não há muitas décadas e ainda estarem entre nós muitos dos que a testemunharam. Revisitar esses episódios da segregação racial constitui um exercício penoso, quase surrealista pelo que de inacreditável e cruel eles contêm, porém, esse sentimento só se desvanece perante o exemplo de coragem desses seres humanos, da sua obstinada revolta pacífica contra o destino que lhes era imposto, a serenidade própria de seres verdadeiramente excecionais que teve o seu não sei quê de Heroico, no sentido mais amplo e nobre da palavra (Sponsel, 2013, p.41).

É difícil atribuir a primazia a este ou aquele episódio, mas seguramente o que em 1955 envolveu Rosa Parks nos autocarros segregados de Montgomery, no Alabama, foi dos primeiros e mais importantes. De uma forma muito sintética consistiu na recusa da passageira Rosa Parks em ceder o seu lugar sentado a um passageiro branco. Seguiu-se uma espiral de violência que envolveria na boa tradição de Gandhi o boicote aos autocarros da cidade. Liderando este conflito com sabedoria e total ausência de violência, King acabou por vencer, mas isto foi apenas um início de uma longa e penosa cruzada pelos direitos cívicos dos negros.

Outro sector onde a segregação se manifestava particularmente insana e aviltante era no caso de restaurantes que interditavam a entrada de negros. Neste tipo de discriminação salientou-se em 1962 a longa luta iniciada em Greensboro, na Carolina do Norte, designada por "sit-in" e que consistia em os estudantes que não fossem servidos, permanecerem sentados indefinidamente.

Ocorria frequentemente a solidariedade de outros estudantes negros e brancos pelo que o incidente chegou á opinião pública e rapidamente o protesto alastrou por todo o Sul dos Estados Unidos. Não foi raro encontrar participantes ostentando cartazes com a frase: "Lembrem-se dos ensinamentos de Gandhi e Martin Luther King". Este movimento "sit-in" envolveu muitas detenções o que desencadeou um movimento pacífico complementar designado por "jail no bail" e envolvia a disponibilidade de ser preso pelas suas convicções de acordo com a inspiração de Henry Thoreau.

O somatório de centenas de protestos pacíficos orquestrados por King criou uma verdadeira maré que acabou por ser percecionada por uma nova geração de políticos, como por exemplo o na altura Senador John F. Kennedy e futuro Presidente dos E.U.A.

Outra forma de protesto pacífico que proporcionou enorme impacto mediático e político foram as marchas de protesto, de que se salientou "A marcha sobre Washington" de 1963 e cujo ponto alto consistiu na proclamação do discurso "I Have a Dream", verdadeiro hino á Paz e á concórdia entre todos, vibrante apelo para se viver em espírito de fraternidade.

Em jeito de conclusão podemos render uma singela homenagem a Thoreau, Ganghi e Luther King pelo seu muito relevante contributo civilizacional para a conceção e demonstração de que, uma vez esgotados todos os meios e formas de negociação, a desobediência civil, enquanto ação coletiva e não violenta de massas é o método mais poderoso para lutar contra a tirania e a opressão.

2.9 – Papa Francisco: uma visão universal

> "Desejo ardentemente que, neste tempo que nos cabe viver, reconhecendo a dignidade de cada pessoa humana, possamos fazer renascer, entre todos, um anseio mundial de fraternidade. Entre todos: «Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. […] Sonhemos como uma única humanidade, como caminhantes da mesma carne humana, como filhos desta mesma terra que nos alberga a todos, cada qual com a riqueza da sua fé ou das suas convicções, cada qual com a própria voz, mas todos irmãos".
>
> (FT.8)

Fascinante e surpreendente, este octogenário que nos chegou da América Latina, emanado de uma instituição bi-milenar, carregada de prudência e conservadorismo, projecta-se nos dias de hoje como um improvável Pontífex erguendo pontes de diálogo inter-religioso com os aqui-inimigos do passado.

Francisco protagoniza a luta por uma moralidade ecológica, mantém uma sagacidade e lucidez inigualáveis, nestes tempos de pandemia defendendo que ninguém se salva sozinho, o que por sua vez o inspirou a fazer a apologia de uma forma de economia que seja compatível com a dignidade da pessoa humana, uma visão da economia que tem a coragem de afrontar velhos paradigmas esgotados e propor a revisão de qual o seu papel numa sociedade da inovação

Talvez não devêssemos ficar assim tão surpreendidos, porque, já no longínquo Egipto Faraónico a assunção de um nome era simultaneamente um ato transcendente carregado de significado teológico e também vaticínio de programa de ação. É como se a partir do rito de ser nomeado ou assumir um nome se influenciasse todo um conjunto de ações e decisões conducentes á manutenção da *Maet*, ordem cósmica de que todos dependiam.

Encontramos evidências desta remota herança, no ritual da eleição Papal, em que após manifestar a sua disponibilidade para aceitar o resultado do escrutínio, a primeiríssima pergunta que é feita ao recém-eleito, é :

-E agora meu Irmão, como te desejas chamar?

Subjacente a esta pergunta, está a convicção dos crentes, de que a eleição do Papa decorre da inspiração do Colégio Cardinalício pelo Espírito Santo que os iluminou no sentido de escolherem o homem certo para continuar com a missão de Pedro como alicerce da Igreja. Consequentemente, o recém-eleito, sendo agora outra pessoa, o seu anterior nome esgotou a sua função designativa, e dai a necessidade do novo Papa adotar um nome

E nesse 13 de Março de 2013 o até então cardeal Jorge Bergoblio quando adotou o nome de Francisco, o primeiro Papa a adotar este nome, o que pelas conotações com S. Francisco de Assis, constituiu o prenuncio de grandes mudanças numa organização caracterizada pelo extremo conservadorismo.

O nome Francisco evoca o fortíssimo impacto de S. Francisco de Assis. Este Santo, apaixonado pelo exemplo de jesus, possuía um estilo de evangelização, que cativava pela doçura da palavra e pelo desprendimento em relação ao dinheiro e bens materiais, percursor da proteção aos animais e da natureza em geral, é hoje o patrono dos ambientalistas. Infatigável caminheiro, S. Francisco visitou o Sultão do Egito Al- Kamil no ano 1219, o que constituiu um primeiro diálogo sincero e desarmado entre o islão e o cristianismo (Bourg, 2021).

À semelhança do *Poverello de Assis*, que decidiu abraçar a pobreza por forma a ser pobre com os pobres e fraternalmente irmão de todos, assumindo uma visão económica inspiradora, em que se privilegiava o SER em detrimento do TER, também o Papa Francisco afronta os poderes económicos, com a coragem de quem não se conforma com a existência do flagelo da pobreza. Consciente do esgotamento do atual paradigma em que 1% da população mundial detém 99% da riqueza (Coimbra, 1935).

No recente Simpósio promovido em Maio passado no Vaticano pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais, "Novas formas de Fraternidade solidaria, da inclusão, integração e inovação" perante um auditório repleto de economista, ministros das Finanças, banqueiros e outras individualidades com influência para a reconstrução de uma nova economia, vimos esta marca (Francisco, 2020).

É com um inusitado arrojo que encontramos o infatigável Pontífice defendendo a construção de novos caminhos, buscando a solução dos problemas estruturais da economia mundial, tendo reiterado a urgência em questionar as "leis" económicas que levam á desigualdade e exclusão, tendo presente que elas são fruto de decisões políticas que é imperioso reverter.

Consciente de que não há escassez de recursos nem de dinheiro, mas sim falta de justiça na distribuição, o Papa Francisco exorta para a vivência de comunhão e de uma esperança.

Consciente do esgotamento do atual paradigma em que 1% da população mundial detém 99% da riqueza, vemos o Papa Francisco desdobrar-se em iniciativas como o grande evento "A Economia de Francisco", de onde se descortina o despontar de um movimento indutor de uma nova arquitetura financeira internacional, pensada á medida do homem e para o homem, socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sustentável e eticamente responsável (Lisboa, 2020).

Outra dimensão em que sentimos o revisitar do espírito de Assis e da visita de S. Francisco ao Cairo, prende-se com a viagem Apostólica empreendida pelo Papa Francisco aos Emiratos Árabes Unidos em Fevereiro de 2019, cujo ponto alto consistiu no dia 4 de Fevereiro de 2019 na assinatura em Abu Dhabi, do documento "A Fraternidade Humana – Em prol da Paz Mundial e da Convivência Comum" pelo Papa Francisco e pelo Imame de Al-Azhar Ahmad Al-Tayyeb.

Este foi um passo gigantesco de tolerância e aproximação entre duas religiões cuja convivência durante séculos se pautou pelo flagelo das guerras, saques, massacres e na melhor das hipóteses, por um relacionamento crispado e hostil. Também se tratou de um passo seminal pois em Agosto do mesmo ano foi criado o Alto Comité da Fraternidade Humana e cujos objetivos se relacionam com a conceção e desenvolvimento das estruturas operacionais que permitam materializar as diretrizes plasmadas no Documento de Abu Dhabi.

Infatigável o Sumo-Pontífice também inclui nas suas prioridades as preocupações ecológicas, quer através de recorrentes chamadas de atenção sobre o assunto, que através de reflexões de fundo como por exemplo a sua Carta Encíclica *Laudato Si*', titulo inspirado no Cântico das Criaturas de São Francisco de Assis, e com o sugestivo sub titulo Sobre o Cuidado da Casa Comum de 24 de Maio de 2015.

Deste modo transmite-nos a proposta de uma Ecologia Integral para um novo paradigma de justiça, sendo destacada a conexão entre os seres humanos e o mundo e lembra-nos que não foi por acaso que São Francisco manifesta a sua devoção por via de um tocante e comovente: *Laudato si'* mi' Senhor, por aqueles que perdoam por causa de Teu amor. É que tudo está conectado e interligado, pelo que a uma genuína preocupação com o meio ambiente se deve associar o Amor sincero pelos Seres humanos assim como o comprometimento constante com os problemas de ordem social. Em síntese a Encíclica *Laudato Si*' é uma exortação para escutarmos o grito da terra e dos pobres.

Outra reflexão relevante é o livro “Proteger a Criação –Reflexões sobre o Estado do Mundo”. Obra tocante pela sinceridade dos sentimentos partilhados onde encontramos parágrafos belos e de conteúdo profundo:

> “ A Casa Comum de todos os homens deve continuar a erguer-se sobre uma reta compreensão da Fraternidade Universal e sobre o respeito pela sacralidade de cada vida Humana, de cada homem e de cada mulher, dos doentes, dos nascituros, dos desempregados, dos abandonados, daqueles que são vistos como descartáveis porque considerados meramente como números desta ou daquela estatística. A Casa Comum de todos os homens deve edificar-se também sobre a compreensão de uma certa sacralidade da natureza criada”.
>
> (Francisco, 2020, p.40)

Mergulhar na descoberta e meditação sobre o Pensamento e Obra de um Homem extraordinário como é o Papa Francisco, constitui um exercício que nos comove pela bondade e profundidade intelectual. O preceito consignado no primeiro artigo da “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, a saber “viver em Espírito de Fraternidade”, encontra nele um dos seus maiores expoentes e inspiradores. Saibamos todos assumir o seu legado e certamente que deixaremos aos nossos descendentes um Mundo Melhor.

2.10– Edgar Morin - A Fraternidade como antídoto para a crueldade humana

> "A Fraternidade, meio de resistir á crueldade no mundo, deve tornar-se num objectivo, sem deixar de ser um meio. O fim não pode deixar de ser um termo, antes se deve transformar num caminho no nosso caminho, o caminho da aventura humana".
>
> (Morin, 2019, p.60)

Se com o Papa Francisco ficamos encantados com a bondade e lucidez de um octogenário que animado pela sua fé prossegue infatigável desdobrando-se em ações e pensamentos em prol da Fraternidade. Com Edgar Morin a estupefação ainda é maior, verdadeiramente extraordinário vermos este centenário, estar uma hora de pé palestrando enérgica e entusiasticamente, no Congresso Socio-Emocional LIV 2019 no Brasil.

Fraternidade: para resistir á crueldade do mundo eis a mensagem que partilhou quer no livro, quer na palestra anteriormente referida, pronunciada com a energia e o entusiasmo de quem deseja deixar á Humanidade um legado fruto de uma longa vida, plena de enriquecedoras vivências e lúcida reflexão, que lhe proporcionam uma realística clarividência sobre os problemas e soluções humanos.

No seu último livro "Mudar de Via – As lições do Corona vírus" escrito na reclusão do confinamento sanitário, Morin começa por nos facultar um resumo autobiográfico que alem de ser uma delícia é também a Historia dos últimos 100 anos. E não deixa de haver uma certa ironia no facto de ter nascido em 1921, num contexto familiar caracterizado por uma pandemia, a da Gripe Espanhola e partilhar o seu pensamento atual em plena pandemia do corona vírus.

O autor assume com uma serenidade que nos comove, o seu propósito de nos estimular a acordar e agir: “não perdi totalmente a esperança. Entenderá, portanto que quero despertar, redespertar as consciências, dedicando as minhas últimas energias a este Livro” (Morin, 2019, p.5)

É impossível ficar indiferente ao seu alerta em relação a uma “fragilidade Esquecida” em que um humanismo em crise nos mergulhou. Afinal os trabalhos de Meadows de meados 1970 demonstraram que o homem não dominava a Natureza mas que a estava a destruir, os flagelos da sida e do Covid vieram desmentir a convicção que as pestes e epidemias medievais eram coisas do passado, assim como as garantias de termos erradicado a possibilidade de crises económicas. Estávamos equivocados e os quatro cavaleiros do apocalipse apenas aguardam as condições para voltar.

Mas a esperança pode residir na consciência da comunhão de destinos dos seres humanos, a degeneração pode ser recuperada pela regeneração, se formos capazes de aliar harmonicamente, o desenvolvimento com o humanismo regenerado poderemos assimilar uma mova mudança de via em que a procura da felicidade por via de uma intoxicação de bens materiais supérfluos não faz sentido, e que a obsessão pelo TER deve ser substituída pelo SER. Em resumo:

> “A conjugação desenvolvimento/envolvimento significa que o desenvolvimento de bens materiais só tem sentido se acompanhar um modo de vida que sustente tudo o pode envolver um EU num NÓS: convivialidade, compreensão mútua, amizade”
>
> (Morin, 2019, p.67)

Morin termina o seu alerta reforçando a ideia da necessidade da regeneração do humanismo, por forma a que cada um, se possa sentir integrado na Aventura Humana, nunca perdendo de vista que a humanidade é simultaneamente sujeito e objeto de uma relação indissociável entre, por um lado, o que une (*Eros*) e por outro lado, o que se opõe (*Pelemos*) e o que destrói (*Tanatos*). E nós, toda a humanidade, devemos tomar o partido de Eros.

2.11 – Luc Ferry e Sir Ken Robinson: Aprender a Viver.

Com Luc Ferry, revisitamos a recorrente e quase obsessiva preocupação com o "Aprender a Viver", quase que estamos perante os ecos do pensamento de Darwin, segundo o qual "não é o mais forte que sobrevive, mas sim o evolui e se adapta", o que no fim de contas, se pode traduzir como a capacidade de encontrar novas soluções para novos problemas (Ferry,2010, p.469).

Porém esta ênfase dada à responsabilidade do ensino, neste caso, de "ensinar e aprender a viver", torna muito oportunos os alertas de Sir Ken Robinson, que perante a constatação, que em todo o mundo ocorre uma hierarquia nas matérias lecionadas, no topo da importância encontramos a Matemática e as Línguas, na posição intermédia ficam as Humanidades e na posição mais modesta encontramos as Artes.

Deste modo, e tendo em consideração a completa imprevisibilidade do futuro em que a robotização e a inteligência artificial, vão extinguir a maioria dos postos de trabalho hoje existentes, que serão substituídos por outros, que atualmente nem somos capazes de imaginar como serão, e muito menos planear o ensino e formação de que irão necessitar. É um pouco assustador constatar, que agora menorizada criatividade, será absolutamente fundamental e é a que menos estamos a estimular.

Em síntese, somos incapazes de prever como será o mundo dentro de uma década, e naturalmente quais os postos de trabalho vão existir e quais as capacidades e competências que deverão apetrechar os jovens que hoje estão no ensino.

Para Aprender a viver Ferry enfatiza cinco vetores:

1) A consciência que não somos imortais, faz com que não possamos desprezar o pensamento sobre a vida e o seu sentido. Há que elevar as nossas potencialidades ao máximo e não perder a oportunidade de viver profunda e intensamente.

2) Dois travões impedem a felicidade humana, por um lado o apego ao passado, e a pressa pelo futuro. A perspetiva de desapego budista, pode ajudar a relativizar estes dois obstáculos à felicidade. Assim, fica enaltecida a relevância do momento presente (Ferry, 2010, p.361).

3) Precisamos pensar na morte, não por fascinação mórbida, mas porque ela é uma realidade incontornável. Deste modo, torna-se evidente que os orgulhos e egos exacerbados, assim como a fascinação obsessiva pelo TER não fazem sentido. A partir desta constatação, dispomos de uma preciosa ajuda para redirecionar a nossa vida e melhora-la, assim como a dos outros.

4) A busca pela sabedoria, amadurece-nos e permite-nos viver a vida de uma forma sincera, e autêntica. A sabedoria e a maturidade proporcionam-nos a capacidade de processar as alegrias e as tristezas, assumindo que a vida é em permanência.

5) É preciso aprender a viver. Nascemos com instintos comparativamente pouco desenvolvidos e sem estarmos programados, pelo que cada um terá de fazer o seu percurso de aprendizagem, estando atento aos ensinamentos proporcionados pela filosofia, convivência e outros estímulos, por forma a expandir a fronteira do nosso território de vigília assim como o nosso pensamento e a nossa realidade (Ferry, 2010, p.373).

Sir Ken Robinsom reforça estas ideias, insurgindo-se contra a pouca importância que os atuais curricula (herdados da revolução industrial) concedem ao desenvolvimento da criatividade, certamente a competência mais difícil de atingir pela inteligência artificial

3 – Fraternidade e a Espiritualidade

3.1 – Introdução

As religiões foram apontadas ao longo da história, nas suas diferenças conceptuais e interpretativas, como tendo desunido muitas vezes os homens. Mas, por outro lado, importa recordar que elas uniram povos, criaram regras que defenderam a humanidade, deram sentido à vida e esperança aos que nada têm (Coimbra, 1935).

Hoje, numa sociedade assente na tecnologia, nas redes sociais, nas imagens construídas "a pedido", na impessoalidade, no virtual e no distanciamento entre as pessoas, os valores são a maior arma que a Humanidade tem para que o mundo possa evoluir num caminho de paz e harmonia.

Vivemos tempos de crise em que a espiritualidade tem uma importância recrudescente. É verdade que, por força da pandemia, confiamos cada vez mais nos avanços da ciência, não é menos verdade que assistimos a um despertar do interesse pelo lado transcendente da vida. Ao regular as emoções, a Espiritualidade tem efeito positivo na saúde, funcionando como amortecedor e consolo.

O bem da Humanidade é um ponto comum a todas as religiões reconhecidas. A fraternidade e a espiritualidade, um caminho a ser praticado por todos

.

Em épocas do ano particularmente marcantes nos vários calendários religiosos decorrem atualmente encontros históricos inter-religiosos na procura de entendimento entre as diferentes crenças em torno do que as une e não do que as separa. Deste modo recolhemos o pensamento sobre Fraternidade e Espiritualidade de vários representantes de diferentes religiões implantadas em Portugal.

Os pontos de vista partilhados fazem-nos acreditar ainda mais que a espiritualidade tem um papel decisivo no futuro da Humanidade, e que todas as religiões têm um papel fundamental na luta por essa espiritualidade que chega a todos verdadeiramente através da prática da Fraternidade.

Façamos então esta viagem pelas várias sensibilidades religiosas considerando o binómio Espiritualidade-Fraternidade.

3.2 – A Fraternidade no Islão

Este é um dos versículos, que fala sobre a Fraternidade no Islão. A mensagem é universal, todos nós somos iguais, mas também somos diferentes. Nesta sequência, disse o Sagrado Profeta Muhammad (Maomé) que a Paz esteja com ele. Nenhum crente é crente se não gostar para o outro aquilo de que ele gosta para si (Boscaglia, 2019, p.87).

Ser fraterno é preocupar-se com o outro, partilhar e ser prestável, e não ser como o outro. O ser humano é um ser racional e social, todos nós precisamos uns dos outros, ninguém consegue viver sozinho. O Islão incentiva a humanidade a ter o Espírito da Fraternidade.

A verdadeira Fraternidade tem que ser colocada em prática e não pode ser simplesmente da boca para fora. Infelizmente o materialismo consumiu-nos de uma forma tão radical que esquecemos os Valores que no passado faziam parte do nosso dia-a-dia. Hoje escolhemos e fixamos dias para sermos fraternos e cuidar dos que mais precisam. Quantas pessoas só querem um sorriso, um abraço, e uma boa palavra

3.3 - A Fraternidade numa perspetiva de fé

O Valor da fraternidade está fortemente enraizado na história do Islão desde a sua génese. Um dos episódios mais emblemáticos da fase inicial da história do Islão é a fuga do Profeta Muhammad (que a Paz esteja com ele e a sua família) da cidade de Meca para a cidade de Medina, a hijra, que acabaria por marcar o início do calendário muçulmano.

Em Meca, a cidade natal do Profeta, ele e os seus seguidores eram alvo de opressão. A mensagem divina que o Profeta pregava junto da sua sociedade incluía princípios como a ~~igualdade, a ética de fraternidade e de união, que ia muito para além da filiação tribal, desafiando velhos costumes da sociedade pré-islâmica.

Muitos dos que acompanharam o Profeta nessa viagem chegaram a Medina como emigrantes, com poucos pertences, tendo deixado quase tudo para trás. Já na cidade de Medina, aqueles que tinham feito esta viagem, participaram numa ação promovida pelo Profeta conhecida por "fazer irmãos".

Com a orientação do profeta foi pedido a cada habitante de Medina que no espírito do Islão, fizesse de um dos emigrantes vindos de Meca, seu "irmão". Então os habitantes de Medina – que devido a este episódio ficaram conhecidos como os "ajudantes"- começaram a por em prática a ética da fraternidade que estava a ser preconizada pelo Profeta. Deste modo a comunidade muçulmana recém-formada em Medina colocou em prática a ética da fé, baseada em princípios fundamentais como o da Fraternidade Humana.

Ainda em Medina encontramos outro marco histórico do Islão, quando o Profeta, para contrariar o contexto de conflito constante entre as diversas tribos da região, cria um documento que fica conhecido por "Carta de Medina". Este estabelece um acordo de Paz entre os muçulmanos e outras comunidades, como os Cristãos e os Judeus de Medina. A Carta de Medina reconhecia a liberdade religiosa e assegurava segurança para todos baseada na ideia de Paz e apoio mútuo. Hoje, muitos estudiosos reconhecem a importância desta Carta para desconstruir o discurso extremista contemporâneo que se opõe aos Valores da Liberdade e Fraternidade.

Inspirado neste modelo de liderança do Profeta, o de promover a qualidade de vida das sociedades, com base na ética de fraternidade humana, Sua Alteza o Aga Kham, o 49º Imam hereditário (Líder Espiritual) dos muçulmanos shia ismailis e descendente direto do Profeta Muhammad, preconiza uma visão do Islão como uma fé espiritual, pensante, que ensina a compaixão e a tolerância, e que defende a Fraternidade e a dignidade do ser humano, a mais nobre criação de Deus.

Sua alteza o Aga Kham advoga que no Islão não é possível separar-se a fé do mundo, e por isso a fé deve ser vivida pelos muçulmanos todos os dias, em todos os momentos. Desta forma, a fé reflete-se na forma de ser e de estar no mundo e a espiritualidade é vivida no dia-a-dia através do comportamento ético perante os outros. Para isto o primeiro passo é o reconhecimento de que toda a humanidade faz parte de uma só realidade, de que todos os seres humanos são irmãos na criação

3.4 - A verdadeira fraternidade

Desde há muito se celebra, no mundo todo, o Dia da Mãe, o Dia do Pai e muitos outros dias que marcam uma preocupação nas relações humanas na sociedade. Faltava certamente o Dia dos Irmãos.

Quando se fala da fraternidade, tem-se presente uma cadeia imensa de relações que envolve os irmãos de sangue, mas se refere também a inúmeros companheiros que se dão as mãos, para num caminho comum conseguirem ser mais felizes. Nas comunidades cristãs, sempre as pessoas se trataram por irmãos. Nas muitas confrarias, sejam relativas a uma atividade de natureza económica, profissional ou outra, a participação permite sentir que todos são irmãos. Nas Misericórdias, que tanto bem fazem nas comunidades humanas, ser irmão é um estatuto que se reconhece e que facilita uma proximidade de partilha constante, na caridade (Santos,1946, p.4).

O máximo, porém, desta relação fraterna foi afirmado pelo Papa Paulo VI, numa mensagem do Dia da Paz. Dizia o Papa, como slogan para essa data: “Cada homem é meu irmão.”

Poderá perguntar-se quais as características da fraternidade que acontece em todas estas situações. Não são muitas, mas são fortes: os laços comuns de sangue, com o mesmo pai e a mesma mãe e os irmãos; a proximidade, com a alegria do encontro, com a preocupação pelo outro, a família comum em benefício de todos; a entreajuda, sobretudo em situações de dificuldade quando os laços de fraternidade são mais fortes; a partilha de bens ou de outra natureza, uma vez que o sofrimento de um irmão é meu sofrimento também. Os irmãos estão sempre presentes no universo da vida de cada pessoa.

A mais importante relação fraterna é certamente a que se estabelece na família a partir do amor de um homem e de uma mulher. O par humano vai construindo a família, ao aceitar os filhos que programou, ao educá-los nos valores humanos fundamentais: a verdade, a justiça, a liberdade e o amor, ao indicar-lhes o caminho de Deus como referência constante. Como é bela uma família em que um número significativo de irmãos se entre-ajudam, e com apoio recíproco constroem um elo de relação que aponta para a felicidade de todos.

Nas primeiras comunidades cristãs, os seguidores de Cristo Ressuscitado também se tratavam como irmãos na fé e na vida. Foi em Jerusalém que cresceu a primeira comunidade. Ali, todos estavam unidos na doutrina dos Apóstolos, na fração do pão, na oração. E tudo o que tinham era posto em comum, não havendo necessitados entre eles. Por isso aumentava cada vez mais os que entravam naquela comunidade.

Às vezes, as relações entre irmãos podem sofrer dificuldades. Práticas religiosas diferentes, opções políticas antagónicas, atitudes fraturantes dão tantas vezes origem ao corte de relações. Quando os interesses são radicais, sobretudo em questões de heranças, criam-se inimizades impressionantes entre irmãos de sangue que os levam a ficar longe durante dezenas de anos. É tempo de experimentar gestos de reconciliação. Tomar a iniciativa de ir ao encontro do outro, e até mesmo de pedir perdão, é atitude de extraordinária dignidade, que só pessoas com grande carácter são capazes de assumir. O perdão, pela reconciliação até à unidade, é a expressão máxima da fraternidade (Pereira, 2020, p.235).

Neste Dia Mundial dos Irmãos, 31 de Maio, é preciso recriar o universo da ternura que manteve os irmãos desde crianças sempre próximos e a ajudarem-se uns aos outros.

Passam os anos, cada um dos irmãos segue o seu caminho, prepara-se profissionalmente, constrói uma família, cria uma roda de amigos; a referência fundamental, porém, são os irmãos em quem pode confiar sempre. O retorno à família dos pais, o sentarem-se todos na mesa comum, o conversarem juntos à lareira, contando episódios que já tinham esquecido, tudo isto cultiva a fraternidade que é indispensável para que as pessoas tenham na sua família original a referência da felicidade procurada

.

3.5 - A visão judaica sobre a Fraternidade

A partir deste versículo, todos os grandes Sábios do Judaísmo, ao longo da história, deduzem que a humanidade descende de Adão e Eva. Todos temos o espírito de Deus dentro de nós. Todos os humanos são iguais e, portanto, têm pleno direito à Justiça, Liberdade e Expressão Religiosa.

Nos primórdios da civilização, o Todo-Poderoso instruiu-nos com os sete princípios fundamentais para uma coexistência pacífica e Justa. Estes princípios são chamados de "As Sete Leis de Noé":

Não adorar ídolos

Não blasfemar o nome de Deus

Não cometer assassinato

Não cometer adultério, bestialidade ou imoralidade sexual

Não roubar

Não comer carne retirada de um animal ainda vivo

Estabelecer tribunais que apliquem uma justiça justa

Estas são as regras obrigatórias das leis morais universais.

Todos os que concordam com isso são justos e têm um lugar no mundo vindouro.

O Judaísmo é uma religião de “vive e deixa viver, acredita e deixa acreditar". Estas sete Leis estavam incluídas na Revelação do Monte Sinai, onde o Todo-Poderoso estabeleceu um novo caminho para o Povo Judeu. Outros 606 Mandamentos Bíblicos foram adicionados à *Torah*, resultando em 613 Leis Bíblicas para os Filhos de Israel que nos foram entregues pelo mensageiro de Deus, o profeta Moisés.

A conversão à lei Judaica é desencorajada pela própria Religião judaica porque essencialmente aceita que muitos caminhos alcançam o Reino dos Céus e da Salvação.

Cada pessoa deve estabelecer o seu próprio relacionamento com o Criador, ciente das Sete Leis de Noé.

Ame o próximo como a si mesmo. Eu sou Deus (Levítico 19:18) é uma regra de ouro universal que o Talmúde define como um grande princípio do Judaísmo. Como tratamos os outros é um teste á nossa própria saúde espiritual. Visto que Deus é o Supremo "*doador*”, a nossa busca pela Divindade e motivada por atos de caridade e bondade. Isso é chamado de Paradoxo da Bondade: o maior beneficiário da bondade é de facto, aquele que a pratica.

Significativamente, a palavra hebraica/aramaica dar “hav” é a raiz etimológica da palavra “ahava” que significa amor.

O Talmude relata uma história do Rabino Hillel, o Velho, de 2020 anos atras. Um pagão aproximou-se dizendo que se converteria e abraçaria o Judaísmo se Hillel lhe ensinasse toda a fé judaica enquanto ele se pudesse manter apoiado num só pé.

Hillel respondeu:

“O que é odioso para si, não o faça ao seu próximo”. Esta é toda a Torah: o resto são apenas comentários. Vá e estude”

.

Alguns exemplos da definição do que é odioso para si resultariam em: Não embarace os outros. Não levante falsos testemunhos ou fale negativamente sobre os outros. Não se vingue. Não perturbe a paz de outra pessoa mesmo enquanto dorme. Dê sempre o benefício da dúvida. Proteja outras pessoas de lesões ou perdas. Seja totalmente honesto nos seus negócios e assim por diante.

Posto isto, o Judaísmo encoraja totalmente um Mundo Unido, cheio de paz e harmonia, incluindo respeito e dignidade em toda a Criação, numa irmandade do Homem e uma paternidade de Deus onde todos se esforçam por trabalhar juntos na aceitação total das nossas diferenças culturais, crenças e credos. Independentemente da idade ou sexo.

A redenção e a salvação da humanidade residem na Fraternidade de praticar a tolerância e a compaixão para com os outros e não procurar excluir e rebaixar os nossos semelhantes

.

3.6 – Papel das espiritualidades

As religiões, sempre vistas como catalisador do amor entre os homens, semearam até hoje quase tanta guerra e destruição como a harmonia que delas se espera.

A Humanidade aguarda ainda o momento de desenvolvimento global que permitirá a todos os homens viverem em Paz, na compreensão mútua das suas necessidades, culturas, religiões, e da sua Fé .

A verdadeira fraternidade é certamente a que se estabelece na família a partir do amor de um homem e de uma mulher. Importa contudo salientar que as religiões também lograram até hoje unir povos. Criaram regras que defenderam a humanidade, deram sentido à vida e esperança aos que nada têm (Botelho,1972, p.202).

Na sociedade cada vez mais tecnológica em que vivemos, no distanciamento tantas vezes acentuado pelo ódio fomentado nas redes sociais, é oportuno registar o sentido que a fraternidade tem para o Islão.

Segundo o Profeta Muhammad (Maomé), Ser fraterno é preocupar-se com o outro, partilhar e ser prestável, e não ser como o outro.

Numa perspetiva de fé, a fraternidade como a vive a comunidade Shia Ismaili, remete-nos para um marco histórico do Islão, quando o Profeta apazigua os conflitos entre diversas tribos através do documento que ficou conhecido como a “Carta de Medina”, Um acordo de Paz entre muçulmanos e outras comunidades, como os Cristãos e os Judeus de Medina.

A Carta de Medina reconhecia a liberdade religiosa e assegurava segurança para todos com base na ideia de Paz e apoio mútuo. Hoje, muitos estudiosos reconhecem a importância desta Carta para desconstruir o discurso extremista contemporâneo que se opõe aos Valores da Liberdade e Fraternidade

Conclusão

Chegado à etapa da conclusão, sinto apoderar-se de mim uma inquietação resultante da intuição de que o ponto de chegada não seja o aprazível Jardim do Éden onde pontificaria a árvore da sabedoria.

Talvez exista algo de "verdade redentora" num karmico mito de Sísifo, pois como disse Morim, informação não é conhecimento. Conhecimento é a organização das informações e isso carece de uma paciente meditação ruminante, qual suplício de Sísifo em que as ideias vão sendo mastigadas e depois voltadas a mastigar em vários ciclos iterativos, até poderem estar aptas a se sedimentar.

Como diria Ortega y Gasset não dominamos o mundo. Em boa verdade, já desde a mais remota antiguidade, que chegam-nos relatos destas inquietações, lembremo-nos da Epopeia de Gilgamesh (III milénio A.C.) em que o herói dirige-se ao deus Sol explicando porque se sente compelido a ultrapassar a constrição dos seus limites:

> "Aqui, na cidade, o homem morre de coração fechado, o seu horizonte é demasiado estreito. Na cidade aprendeu a viver, não aprendeu a Vida. Morre porque a vida já não tem sentido, fechado em limites demasiado estreitos. Olhei para lá das nossas muralhas e vi corpos a flutuar no rio. O horizonte formava uma outra muralha"

E quando a divindade o interpela sobre o porquê de querer tentar o impossível, Gilgamesh responde:

> "Se este empreendimento não deve ser tentado, porque despertaste no meu coração o irreprimível desejo".

Mais recentemente Morin alerta-nos para o que não se regenera, degenera e ao revisitarmos "A Quinta dos Animais" de G. Orwell, encontramos a ilustração efabulada de uma degeneração "social" que nos interpela no sentido em que tudo isso se pode repetir, se por ventura recriarmos as condições para isso.

Morin, com Eros, Polemos e Tanatos, enquanto partidários da união, do conflito e da desunião e morte, facultam-nos como que o algoritmo que nos faz chegar ao papel insubstituível da Fraternidade.

Em boa verdade, e segundo o seu pensamento, a Fraternidade funcionará como elemento de união e equilibrador das eventuais tensões entre a Liberdade e a Igualdade, nomeadamente a Liberdade Económica, potencial criadora da Desigualdade, e reciprocamente a Igualdade "selvagem" que induz atropelos à Liberdade.

Talvez a predisposição de Morin para considerar a dimensão espiritual, a gnose ou um outro esoterismo processual, aponte fatores de indução de um desejo de Fraternidade, que em última analise "doit venir de nous".

Assim sendo, e ao abrigo das considerações de Morin sobre o pensamento complexo enquanto atitude de tentar reunir o que anda disperso, talvez seja uma ousadia perdoável comparar a Fraternidade ao Sal alquímico e símbolo da sabedoria na medida em que também este é um gerador de equilíbrio entre a força expansiva do Enxofre e a força compressiva do Mercúrio.

Também José Meira da Cunha, Presidente da Humana Fraternitas na palestra que proferiu no evento Fraternizar 2020, enalteceu os aspetos espirituais da Fraternidade:

> "A Fraternidade, como diria o Etienne de La Boéte que viveu no século XVI e é uma referencia para mim, é assimilável a um conceito esotérico subtil que exige que a gente se desprenda do conhecimento e que entre no quase nirvana, e mais não sei o quê, para entender porque não é material, não é materializável, é coisa do domínio do tal intimo profundo, da intimidade mais intima, quase da intimidade quântica, se é que se pode usar essa expressão".

Mas ao abordarmos a dimensão legislativa, das normas e leis, nomeadamente o verdadeiro monumento civilizacional que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos vale a pena debruçarmo-nos sobre o seu Artº 1:

Primeiro período do parágrafo (enfatiza os direitos)
Os seres humanos nascem Livres e Iguais em dignidade e direitos, (saliente-se que esta sequencia não é arbitraria).

Segundo período do parágrafo (enfatiza os deveres)
Dotados (quer dizer que têm dotes, o que nos remete para uma dimensão genética ou biológica) de razão e de consciência, devem agir entre si em Espírito de Fraternidade.

Sendo que estas considerações são inequivocamente precisas dos pontos de vista antropológico, filosófico e das ciências em geral. Acresce que «dotados de razão» remete-nos para a inteligência, apanágio da espécie humana, «e de consciência» que é sempre absolutamente individual)

.

Não há como não ficar deliciado com a beleza, com a força e sabedoria que o Artº 1º irradia, porém acontece-me, por vezes, o mesmo que a Orhan Pamuk que dizia: «tenho de organizar mesas redondas com as vozes que trotam dentro da minha cabeça». E eis que, como um relâmpago vem-me á ideia o pensamento de um primeiro-ministro britânico da época vitoriana, Benjamin Disraeli, que defendia que:

> "As leis constituíam uma inutilidade, porque para os homens-bons elas não fazem falta nenhuma, pois a sua conduta é pautada por Valores e Princípios impolutos. Para os homens-maus também são inúteis porque as corrompem e viciam".

Na atualidade somos confrontados com o fracasso da globalização, em que através do liberalismo económico e do capitalismo acabamos por libertar "os quatro cavaleiros do Apocalipse" (A fome, as guerras, as doenças e a morte), na forma da degradação da biosfera; instabilidade económica; aumento da desigualdade entre ricos e pobres; multiplicação das armas nucleares, químicas e biológicas e por ultimo as armas informáticas com poder de paralisação de qualquer nação.

Assim sendo, talvez uma das chaves apaziguadoras das inquietações contemporâneas esteja nas sugestões de Edgar Morim e Luís Portela:

> "Um dos denominadores comuns entre ambos consiste na ousadia de propor a mudança de paradigma, o mudar de via, a coragem de desviar o foco das realizações pessoais da hegemonia da quantidade para a qualidade, ou seja, a lucidez de ter menos mas melhor. Torna-se imperioso ensinar a "*compreensão humana"* enquanto instrumento de conhecimento mais abrangente do outro, assim como também tem de ser ensinado o como enfrentar a incerteza dita normal, no sentido pessoal, assim como a incerteza do contexto que nos envolve. Talvez possamos sintetizar todas estas componentes num mais abrangente «*reaprender a viver»"*.

Felizmente já é possível encontrarmos sinais muito positivos de corajosas mudanças nomeadamente: O Alto Conselho para a Fraternidade Humana que congrega as três religiões Abraâmicas e que no seu projeto prevê a inclusão de mais religiões no sentido de promover a Paz.

Um outro sinal muito positivo consiste na eclosão de numerosos núcleos de uma nova economia regenerada e designada por Economia Social, como por exemplo o movimento Economia de Francisco. Também o voluntariado apresenta um dinamismo e vitalidade impressionantes em que a prática da Fraternidade é o caminho, o instrumento que promove a resistência á crueldade do mundo e que não pode ser confundido como um fim em si mesmo. Vem a propósito lembrar o paradoxo do altruísmo biológico sugerido por Charles Darwin para quem perante a existência de duas comunidades em competição, e em igualdade de circunstâncias, assistiríamos à supremacia do grupo onde preponderassem os hábitos de entre ajuda e compaixão.

Naturalmente que a mudança de paradigma é confrontada com enormes resistências por parte da "ordem estabelecida", e fundamentalmente pelas mentalidades cristalizadas. No

entanto, a esperança que foi a única coisa que não escapou da abertura em transgressão da caixa de Pandora, pois os males, esses escaparam todos, continua a estimular a humanidade. Esta convicção encontra muitos apoiantes, por exemplo o Neurologista António Damásio para quem «*à medida que as sociedades evoluem, estamos a caminhar para uma maior harmonia entre o lado emocional e instintivo e o lado racional e de reflexão*».

Atendendo á demonstração científica de Albert Einstein: "*O Todo Universal"* é energia ($E=mc^2$) e o ser humano ao aprender a pensar adquire o discernimento de compreender que é uma pequeníssima partícula dessa Energia Universal que se realiza materialmente pelo espaço de umas décadas num complexo e evoluído agregado de ancestral pó das estrelas.

> "Luís Portela interpela-nos chamando a atenção que a «plenitude deste pensamento alavanca a tal esperança de adquirirmos uma perspetiva mais abrangente, e holística…de que o Universo se rege por Leis naturais e imutáveis, que vamos progressivamente entendendo e procurando sintonizarmo-nos, o que nos proporciona o enorme prazer de sermos cada vez mais iguais a nós próprios, na nossa melhor versão".

Esta gratificante sintonização ou fusão pressupõe a descoberta do "conhece-te a ti próprio", e também contempla o prazer da comunhão com a Sabedoria e Amor Universais, entendidos no sentido mais amplo e positivo, talvez mesmo no sentido atribuído por Morin às "forças de união de Eros".

Estamos portanto perante a imperiosa necessidade da tomada de consciência da nossa condição humana enquanto comunidade com destino comum e cuja única certeza se prende com a nossa mortalidade terrena, o que devia inspirar um choque de compaixão indutor da Fraternidade porque todos chegámos sem trazer nada e partiremos sem levar nada. Apenas as ideias, se forem boas, prevalecerão.

Este trabalho, apesar de ser apenas qualitativo, apresenta uma inequívoca tendência para enaltecer o potencial da dimensão da Fraternidade como instrumento de valorização da Condição Humana e dos Direitos Humanos.

Decorre da exiguidade da amostra em análise, pese embora o mérito intelectual dos entrevistados, assim como da bibliografia consultada, que este trabalho pode (e deve) ser futuramente enriquecido com o recurso a uma amostra mais dilatada, assim como outros meios de investigação que por sua vez poderão eventualmente confirmar estas conclusões, entendidas agora como provisórias.

Bibliografia

Botelho, Afonso, *Origem e Atualidade do Civismo*, Lisboa, Terra Livre, 1979.

Boscaglia, Fabrizio, «O Sagrado na Tradição Islâmica», in Renato Epifânio (coord.), *Tabula Rasa: 2º Festival Literário de Fátima – A Literatura e o Sagrado*, Sintra, Zéfiro, 2019, pp. 87-95.

Boétie, Etienne, *Discurso sobre a servidão Voluntária*, S. Paulo, Revista dos Tribunais, 2003.

Bourg, Dominique. « Écologie et civilisations. Fin d'un monde et nouvelles perspectives », *Futuribles*, vol. 442, nº 3 (2021), pp. 33-44.

Coimbra, Leonardo, *Rússia de hoje e o homem de sempre*, Lisboa, Tavares Martins, 1935.

Campos, Fernando, *Na Senda dos Direitos Humanos:Breves Passos,* Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2019.

Caeiro, António, *A Areté como possibilidade extrema do humano: fenomenologia da práxis em Platão e Aristóteles*, Lisboa, INCM, 2002.

Conteneau, Georges, *A civilização de Assur e Babilônia*, Rio de Janeiro, Otto Pierre, 1979.

Casoretti, Ana-Maria, *Pico de la mirandola. O esoterismo como categoria filosófica*, Tese doutoramento em Filosofia, Universidade de S. Paulo, 2020.

Commaille, Jacques. « La famille, l'état, le politique : une nouvelle économie des valeurs. Entre tensions et contradictions », *Informations sociales*, vol. 136, nº 8, (2006), pp. 100-111.

Cervera-Marzal, Manuel, *Gandhi. Politique de la non-violence,* Paris, Michalon, 2015.

Cheynet, Jean-Claude, *Le monde byzantin II. L'Empire byzantin (641-1204)*, Paris, Presses Universitaires de France, 2006, pp. VII-LXIX.

David, Marcel, « Quel avenir pour la fraternité ? Des acquis nombreux et des interrogations pour le futur », *Informations sociales*, vol. 136, nº 8 (2006), pp. 60-69.

Daigle, Julie. « Méditation sur l'obéissance et l'amitié chez Weil et La Boétie », *Tumultes*, vol. 46, nº. 1 (2016), pp. 111-127.

Donne, John, *Meditação XVII*, disponível em versão:

https://viciodapoesia.com/2020/01/22/nenhum-homem-e-uma-ilha-a-meditacao-xvii-de-john-donne/ (Visualizado a 17.06.2022).

Évêque, Pierre, *As primeiras Civilizações: da idade da pedra aos povos semitas*, Lisboa, Ed. 70, 2019.

Francisco, Papa,. *Fratelli Tutti - Carta Encíclica,* Prior Velho, Paulinas Editora,2020.

Francisco Papa, *Laudato Si - Sobre o Cuidado da Casa Comum*, Prior Velho, Paulinas Editora, 2015.

Francisco, 2020, *Novas formas de Fraternidade solidaria, da inclusão*, disponível em versão:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2020/february/documents/papa-francesco_20200205_nuoveforme-disolidarieta.html (Visualizado a 17.06.2022)

Freitas, Lomelino Rui, *Os Manifestos Rosacruzes*, Lisboa, Ed. Alma dos Livros, 2020.

Ferry, Luc, *Sagesses d´hier et d´aujourd´hui*. Paris, Flammarion, 2019.

Ferry, Luc, *La revolution de l´amor*, Paris, Flammarion, 2010.

Figueiredo,Gonçalo, «Um modo franciscano de pensar: Cerqueira Gonçalves», *Itinerarium*, Ano LXII, N.º 215/216, Lisboa, Editorial Franciscana, 2016, pp. 719–730.

Gonçalves, Joaquim, *Itinerâncias da Escrita III - Escola/Ecologia*, Lisboa, INCM, 2014.

Gonçalves, Serafim, *O direito de resistência: legitimidade para a desobediência civil - o Caso Português*, Tese Mestrado, Universidade Autónoma, 2016.

Guest, Bertrand. « L'essai, forme-sens de l'écologie littéraire naissante ? Humboldt, Thoreau, Reclus », *Romantisme*, vol. 164, nº 2 (2014), pp. 63-73.

Harari, Y.N., *Sapiens de animais a Deuses*, Amadora, Elsinore, 2018.

Hamdani, Amar, *Suméria, a primeira grande civilização*, Rio de Janeiro, Otto Pierre, 1978.

Kramer, S.N., *A história começa na Suméria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1985.

Locke, John, *Carta sobre a Tolerância*, Lisboa, Ed. 70, 2018.

Lisboa, Armando, «A economia de Francisco», *Inovação*, vol 6, (2020) pp. 6-17.

Morin, Edgar., *As Grandes Questões do nosso Tempo,* Lisboa, Editorial Notícias, 1981.

Morin, Edgar., *La Fraternit´, Pourquoi?*, Arles, Actes Sud, 2019.

Maugham, Serge,. *The Razor's Edge*, New York, Doubleday, Doran & Co., 1944.

Mirandola, Pico della, *Discurso sobre a dignidade do Homem*, Lisboa, Ed. 70, 2019.

More, Thomas, *A Utopia.* Lisboa, Guimarães Editores, 20003.

Obama, Barack, *Uma terra prometida*, disponível em versão:

https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789897841354.pdf (Visualizado a 17.06.2022)

Moser, F. de M., «Fases e expressões da catolicidade na vida e obra de Thomas More», *Didaskalia*, nº 8 (1978), pp.15-34.

Mazauric, Claude. « Retour sur le Bicentenaire de la Révolution française », *Humanisme*, vol. 325, nº4 (2019), pp. 20-29.

Refalo, Alain. « Aux sources de la non-violence : l'*AHIMSA* », *Alternatives Non-Violentes*, vol. 201, nº4 (2021), pp. 23-25.

Pereira, Américo, *Ensaios de Antropologia platónica. Estudos Platónicos III*, disponível versão: www.lusosofia.net/textos/20170504pereira_americo_2017_ensaios_antropologia_platonica.pdf (Visualizado a 17.06.2022).

Pereira, Américo,« A eternidade na mão: a tragédia de Gilgamesh como paradigma de humanidade: meditação». *Didaskalia*, nº 33 (2003), pp. 577-604.

Pereira, Américo, *Thomas More, discípulo de Platão?*, disponível em versão:

https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/36580/1/20161216_pereira_americo_2016_thomas_more.pdf (Visualizado a 17.06.2022).

Pereira, Américo, «Do perdão como manifestação fundamental do Espírito Humano», *Itinerarium*, vol.6 (2010), pp. 345-456.

Pinto, Paulo, *Do Alfa ao Omega.Caminhos de Massificação Cultural através da ideia do Deus que aceita morrer*, Tese doutoramento em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro, 2021.

Quelquejeu, Bernard,« Étienne de La Boétie (1530-1568), un lanceur d'alerte », *Alternatives Non-Violentes*, vol. 193, nº. 4 (2019), pp. 23-25.

Santos, Delfim, Peço a palavra: Fraternidade, Diário Popular, 28 de Julho de 1946, p. 1-4. Disponível em versão:

www.https://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/EFEMERIDES/delfimsantos/DelfimSantos_DiarioPopular.htm (Visualizado a 17.06.2022)

Specq, François. « Henry David Thoreau et l'intraduisible du réel », *Études anglaises*, vol. 65, nº 3 (2012), pp. 315-330.

Sponsel, Leslie et Brigitte Rollet. « L'anthropologie de la paix et de la non-violence », *Diogène*, vol. 243-244, nº 3-4 (2013), pp. 41-64.

Tavares, António, *Civilizações Pré-Clássicas*, Tese Doutoramento em Arqueologia, Universidade Aberta de Lisboa, 1995.

Troper, Michel. « La Déclaration des droits de l'homme et du citoyen en 1789 », *Conseil constitutionnel éd., La Déclaration des droits de l'homme et du citoyen et la jurisprudence. Colloque des 25 et 26 mai 1989 au Conseil constitutionnel.* Paris, Presses Universitaires de France, 1989, pp. 13-33.

Teixeira, António Braz, «A proposta ética de Joaquim Cerqueira Gonçalves», *Itinerarium*, Ano LXII, N.º 215/216, Lisboa, Editorial Franciscana, 2016, pp. 309–318.

Vedel, Georges.« La place de la Déclaration de 1789 dans le « bloc de constitutionnalité » », *Conseil constitutionnel éd., La Déclaration des droits de l'homme et du citoyen et la jurisprudence. Colloque des 25 et 26 mai 1989 au Conseil constitutionnel*, Paris, Presses Universitaires de France, 1989, pp. 35-73

Weber, Olivier, *Au royaume de la lumière. Une voyage en Himalaya*, Paris, Plon, 2021.